Jornalismo, Violência e Perseguição

RELATÓRIO SOMBRA SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA

2024

VOCES DEL SUR

COORDENAÇÃO
Chloe Zoeller
Matías Kuret

EDIÇÃO
Eugenia D'Angelo
Natalia Peña Boero

PESQUISA E ANÁLISE
Jerem Aspen
María Florencia Torres
Virginia Paglia

PROCESSAMENTO DE DADOS
Virginia Paglia

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN
Jerem Aspen

Licença Creative Commons Atribuição–NãoComercial–CompartilhaIgual 4.0 Internacional. O material pode ser adaptado e compartilhado sob a mesma licença, citando o original.

Esta publicação foi viabilizada graças ao apoio da Pan American Development Foundation (PADF). O conteúdo do relatório é da responsabilidade dos autores e não representa os pontos de vista da organização.

http://www.vocesdelsurunidas.org/

https://www.facebook.com/VDSorg

https://x.com/VDSorg

A rede Voces del Sur é uma rede de organizações da sociedade civil na América Latina que trabalham coordenadas com o objetivo de promover e defender a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão, o acesso à informação e a segurança e proteção de jornalistas. A rede Voces del Sur nasceu em 2017 com a ideia de criar um registro comum dos ataques contra a liberdade de imprensa, permitindo uma visão comparativa da situação dessas liberdades fundamentais na região.

Argentina
Foro de Periodismo Argentino (FOPEA)

Bolívia
Asociación Nacional de la Prensa de Bolivia (ANP)

Brasil
Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

Chile
Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC)

Colômbia
Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP)

Costa Rica
Instituto de Prensa y Libertad de Expresión (IPLEX)

Cuba
Instituto Cubano de Libertad de Expresión y Prensa (ICLEP)

Equador
Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios)

El Salvador
Asociación de Periodistas de El Salvador (APES)

Guatemala
Instituto Centroamericano de Estudios para la Democracia Social (DEMOS)

Honduras
Comité por la Libre Expresión (C-LIBRE)

México
Artículo 19 México y Centroamérica (ARTICLE 19)

Nicarágua
Fundación por la Libertad de Expresión y Democracia (FLED)

Paraguai
Instituto de Derecho y Economía Ambiental (IDEA)

Peru
Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS-Perú)

Uruguai
Centro de Archivos y Acceso a la Información (CAinfo)

Venezuela
Instituto de Prensa y Sociedad (IPYS-Venezuela)

Índice

Sumário executivo 4
Introdução 6
Metodologia 7
Capítulo 1. Análise regional 11
Capítulo 2. Argentina 19
Capítulo 3. Bolívia 22
Capítulo 4. Brasil 25
Capítulo 5. Chile 28
Capítulo 6. Colômbia 31
Capítulo 7. Costa Rica 34
Capítulo 8. Cuba 37
Capítulo 9. Equador 40
Capítulo 10. El Salvador 43
Capítulo 11. Guatemala 46
Capítulo 12. Honduras 49
Capítulo 13. México 52
Capítulo 14. Nicarágua 55
Capítulo 15. Paraguai 58
Capítulo 16. Peru 61
Capítulo 17. Uruguai 64
Capítulo 18. Venezuela 67
Conclusões e recomendações 70

Sumário Executivo

Em 2024, a violência contra a imprensa na América Latina seguiu apresentando dinâmicas que combinam velhas e novas formas de silêncio. A rede Voces del Sur (VDS) documentou 3.766 alertas em 17 países, número um pouco abaixo do registrado em 2023, o que não representa uma melhora, mas um rearranjo de agressões, além da consolidação da autocensura, de desertos de informação e do exílio de jornalistas.

Agressões e ataques foram a principal ameaça, com 1.562 alertas registrados, ou 41,5% do total. Predominaram, nesta categoria, os ataques à integridade física, as ameaças e o assédio para intimidar jornalistas e inibir coberturas sensíveis. Atores estatais responderam por um terço desses acontecimentos, com a presença preocupante de forças policiais e de segurança, paradoxalmente transformadas em agentes de violação quando deveriam cuidar da proteção aos cidadãos.

As formas mais extremas de violência também persistiram. Em 2024, foram mortos 14 jornalistas, o equivalente a uma morte a cada 26 dias. Além disso, houve 4 desaparecimentos forçados, 8 sequestros e 12 casos de tortura, o triplo do número relatado em 2023. Honduras, México e Colômbia foram os territórios mais letais. Na Nicarágua, Venezuela e Cuba, a censura e a repressão sistemática contra os meios de comunicação independentes pioraram, com impacto direto na expansão dos desertos de informação. Nesses contextos, o silenciamento revela que a violência contra o jornalismo, além dos efeitos individuais que provoca, fere o direito dos cidadãos de acessar informações.

O crime organizado e as redes criminosas ligadas às drogas reforçaram o papel de agressores, com 190 deles identificados e 170 agressões cometidas na região. O aumento em relação ao ano anterior confirma o crescente risco que jornalistas enfrentam na cobertura relacionada com a segurança, a corrupção e o narcotráfico. Ao mesmo tempo, o uso do sistema judicial como instrumento de censura foi reforçado. Em 2024, foram documentados 219 processos civis e criminais contra jornalistas e meios de comunicação social, refletindo uma tendência sustentada de perseguição legal por parte de instituições públicas e privadas.

O discurso estigmatizante foi a segunda forma de violência mais frequente, com 756 registros, representando 20,1% do total de alertas registrados em 2024. Mais da metade deles vieram de atores estatais, incluindo presidentes e autoridades de alto escalão. Esse tipo de violência facilita a legitimação da hostilidade em relação à imprensa e a criação de um ambiente permissivo para outras formas de agressão. A Venezuela e a Argentina destacaram-se como cenários em que a estigmatização foi promovida a partir das mais altas esferas de poder.

De modo transversal, a rede documentou 142 alertas de violência baseados em sexo ou orientação sexual, com profuso impacto em mulheres jornalistas, jornalistas indígenas e jornalistas LGB, que enfrentam ataques por causa de seu trabalho jornalístico crítico e por discriminação de sexo ou orientação sexual.

A avaliação regional confirma que o Estado continua a ser o principal responsável pelas violações da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa, e do direito à informação. Em 2024, os atores estatais foram responsáveis por 49,3% de todos os alertas. Constante desde o início do monitoramento da Voces del Sur, esse padrão repete-se em nove dos 13 indicadores registrados, mostrando que a violência contra a imprensa é exercida sistematicamente e com um elevado grau de impunidade.

Em resumo, 2024 confirmou que a violência contra jornalistas na América Latina não é um fenômeno cíclico. Ela se alimenta da convergência entre a repressão estatal, o crime organizado, a judicialização abusiva e os discursos de estigmatização a partir do poder. A persistência de assassinatos, desaparecimentos e tortura, juntamente com a expansão dos desertos de informação e dos casos de exílio, representam um cenário de risco extremo que ameaça o direito de acesso à informação e aprofunda o enfraquecimento democrático na região.

Introdução

A rede Voces del Sur (VDS) é uma iniciativa regional composta por 17 organizações da sociedade civil que promovem e defendem a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e o acesso à informação em toda a América Latina. Em 2025, a VDS tornou-se uma organização independente, assumindo seu próprio caminho como uma associação civil autônoma. Desde 2017, a rede Voces del Sur vem desenvolvendo e implementando uma metodologia comum de monitoramento, baseada no Indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, para registrar, de forma sistemática e consensual, violações desses direitos fundamentais. As 17 organizações da rede monitoram a violência contra os profissionais dos meios de comunicação de toda a região, utilizando essa metodologia consensual. A rede VDS publica alertas de violência baseados nos 14 indicadores regionais comuns da metodologia ao longo do ano, além de um Relatório Sombra anual que reflete as principais descobertas em cada país e a nível regional. A rede VDS também se consolidou como elemento fundamental na promoção das liberdades de expressão e de imprensa na região, por meio de ações coletivas de advocacy que articulam as evidências levantadas a nível nacional e internacional.

Este ano, a rede Voces del Sur apresenta a sétima edição do seu Relatório Sombra, uma ferramenta independente de prestação de contas e análise que procura enriquecer, complementar e contrastar as informações nos relatórios oficiais apresentados pelos países latino-americanos sobre o cumprimento da ODS 16.10.1. Trata-se de uma contribuição fundamental para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências destinadas a consolidar sociedades mais justas, democráticas, pacíficas e inclusivas. Este relatório oferece um diagnóstico regional das principais tendências, desafios e retrocessos ligados às liberdades de imprensa e de expressão, com base nas descobertas mais relevantes do monitoramento realizado em 2024 pelas organizações parceiras da Rede VDS. Os contextos nacionais também são abordados individualmente, com as suas particularidades, oferecendo recomendações fundamentais para fortalecer a prática do jornalismo em cada território.

Metodologia

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16
Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas.

Meta 16.10
Assegurar o acesso do público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com as leis nacionais e acordos internacionais.

Indicador 16.10.1
Número de casos verificados de assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária e tortura de jornalistas, outros profissionais de mídia, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses.

As informações e os dados contidos neste Relatório Sombra provêm do monitoramento feito pelas organizações parceiras da rede Voces del Sur em 17 países da América Latina. O monitoramento emprega uma metodologia comum, acordada e em constante processo de revisão e melhoria, construída coletivamente pelas organizações membros da rede e baseada nos parâmetros do indicador 16.10.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A metodologia é centrada no monitoramento e documentação de alertas sobre atos de violência contra a imprensa (jornalistas e trabalhadores da imprensa e da mídia), entendidos como atos que constituem violações da liberdade de expressão e cujo objetivo direto é obstruir, prevenir e impedir o uso dos meios de comunicação, censurar ou afetar a prática profissional do jornalismo. Só são registrados aqueles eventos cuja motivação está diretamente ligada ao trabalho jornalístico da pessoa afetada. Cada alerta é classificado em 13 indicadores regionais, além de um indicador transversal de violência baseada no sexo ou orientação sexual. Quando um caso envolve múltiplas vítimas identificadas, é registrado um alerta individualizado para cada pessoa afetada. Para a sistematização dos dados, a metodologia aplica o critério do “crime mais grave”. Ou seja, quando o mesmo incidente contém elementos de mais de uma categoria, ele é codificado sob o indicador de maior gravidade, para evitar a duplicação de registros.

Ao longo de sete anos de implementação, a metodologia de monitoramento da rede foi enriquecida pela experiência acumulada de organizações parceiras em diversos contextos, e aperfeiçoada com base nessa aprendizagem coletiva. Ela segue também as diretrizes do Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs) e foi submetida para consulta à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Indicadores VDS

ASSASSINATO: Homicídio intencional de uma ou mais pessoas jornalistas.

SEQUESTRO: Rapto e retenção ilegal de uma ou mais pessoas jornalistas, contra a sua vontade.

DESAPARECIMENTO FORÇADO: Detenções ou qualquer outra forma de privação de liberdade de jornalistas, cometidas por atores ou grupos estatais ou por pessoas que atuem em nome ou com o apoio do Estado, e recusam-se a revelar o destino ou paradeiro ou a reconhecer que tais jornalistas estão privados da sua liberdade.

DETENÇÃO ARBITRÁRIA: Prisão, retenção ou detenção de uma ou mais pessoas jornalistas sem julgamento justo ou base legal que justifique a privação de liberdade.

TORTURA: Ato que cause dor severa, intimidação, coerção ou sofrimento, seja físico ou mental, intencionalmente infligido a uma ou mais pessoas jornalistas.

AGRESSÕES E ATAQUES: Ações violentas, intimidantes ou limitadoras, sejam físicas ou verbais, contra jornalistas ou meios de comunicação.

DISCURSO ESTIGMATIZANTE: Ataques, geralmente verbais, realizados publicamente com o objetivo de desacreditar uma ou mais pessoas jornalistas ou um meio de comunicação social.

VIOLÊNCIA SEXUAL: Ação, tentativa, comentários ou insinuações sexuais indesejadas, tanto em espaços físicos como digitais.

PROCESSOS CIVIS E CRIMINAIS: Julgamento de ação privada ou pública, no qual as consequências podem incluir multas, prisão ou outros tipos de punição.

RESTRIÇÕES AO ACESSO À INFORMAÇÃO: Obstrução do acesso a informações de interesse público ou eventos noticiosos.

USO ABUSIVO DO PODER ESTATAL: Ações planejadas, propostas e executadas pelo Estado que configurem abuso da sua condição de poder, ou que sejam impostas contra os padrões internacionais de liberdade de imprensa, resultando em prejuízo econômico a meios de comunicação ou jornalistas, ou impedindo o desempenho do trabalho jornalístico.

ENQUADRAMENTO LEGAL CONTRÁRIO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS: Proposta e/ou aprovação de regulamentos, que podem incluir leis, decretos, normativas, resoluções, portarias e/ou regulamentos que restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e o direito de acesso à informação e/ou gerem censura.

RESTRIÇÕES À INTERNET: Impedimento e/ou limitação da liberdade de imprensa online por meio de estratégias que restrinjam o uso da rede para a publicação ou o acesso à informação.

ALERTA BASEADO NO SEXO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL: Quando um ataque ou violação pode ter motivação relacionada ao sexo e/ou à orientação sexual da vítima.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Para esta edição do relatório, a rede Voces del Sur incorporou um indicador de violência sexual na metodologia. O novo indicador torna possível registrar explicitamente agressões sexuais, particularmente quando são exercidas a partir de uma posição de poder e procuram sugerir, coagir ou forçar as vítimas a se envolverem em relações sexuais, bem como intimidar ou punir pelo seu desempenho profissional ou orientação sexual.

Além disso, foi adicionado um indicador de violência baseada no sexo ou na orientação sexual como indicador transversal. O alerta é acionado quando uma violação da liberdade de imprensa contém discriminação baseada no sexo ou orientação sexual. Este indicador não se soma à contagem geral como uma agressão adicional, mas sinaliza que uma agressão já registrada contém um componente de violência baseadoa no sexo, aparência física, sexualidade ou orientação sexual da pessoa jornalista afetada.

A inclusão de ambos os indicadores permite uma análise mais precisa da dinâmica da violência contra jornalistas, mostrando padrões diferenciados de violência contra mulheres e pessoas LGB no exercício da liberdade de imprensa.

Limitações metodológicas

A metodologia de monitoramento desenvolvida pela rede Voces del Sur foi construída de forma colaborativa a partir da troca de experiências entre organizações parceiras e está em constante evolução. Essa abordagem dinâmica permite incorporar a aprendizagem de cada ciclo de implementação, bem como adaptações aos contextos específicos de cada país. No entanto, como qualquer ferramenta, ela tem certas limitações que merecem ser reconhecidas.

Em primeiro lugar, embora a definição do Indicador 16.10.1 dos ODS inclua sindicalistas e defensores dos direitos humanos, a rede VDS

optou por concentrar seu acompanhamento exclusivamente em jornalistas, profissionais da imprensa e da mídia e nos próprios meios de comunicação. A delimitação temática permite maior precisão na análise, embora restrinja o universo dos casos considerados.

Em segundo lugar, como é comum nos processos de monitoramento das violações dos direitos humanos, existe a possibilidade de subnotificação. O efeito intimidante das agressões, juntamente com a autocensura e o medo de represálias, pode levar muitas vítimas a optar por não relatar os fatos. Isso afeta em particular pessoas que cobrem pautas perigosas ou sensíveis, pessoas que vivem sob ditaduras, mulheres jornalistas e profissionais LGB, entre outros. Além disso, as organizações estão em diferentes níveis de implementação do indicador transversal de violência baseada no sexo ou orientação sexual, o que pode levar a uma subnotificação adicional de alertas contendo componentes desse tipo de violência.

Em terceiro lugar, a qualidade e a integridade dos dados coletados dependem, em última análise, das capacidades técnicas e operacionais de cada organização parceira para identificar, documentar e validar alertas em seu país. No final deste relatório, alguns alertas permaneceram na fase de validação para que os dados pudessem variar em atualizações futuras. A VDS orgulha-se da diversidade dos seus membros, mas também reconhece que cada parceiro tem diferentes abordagens e capacidades em termos de monitoramento.

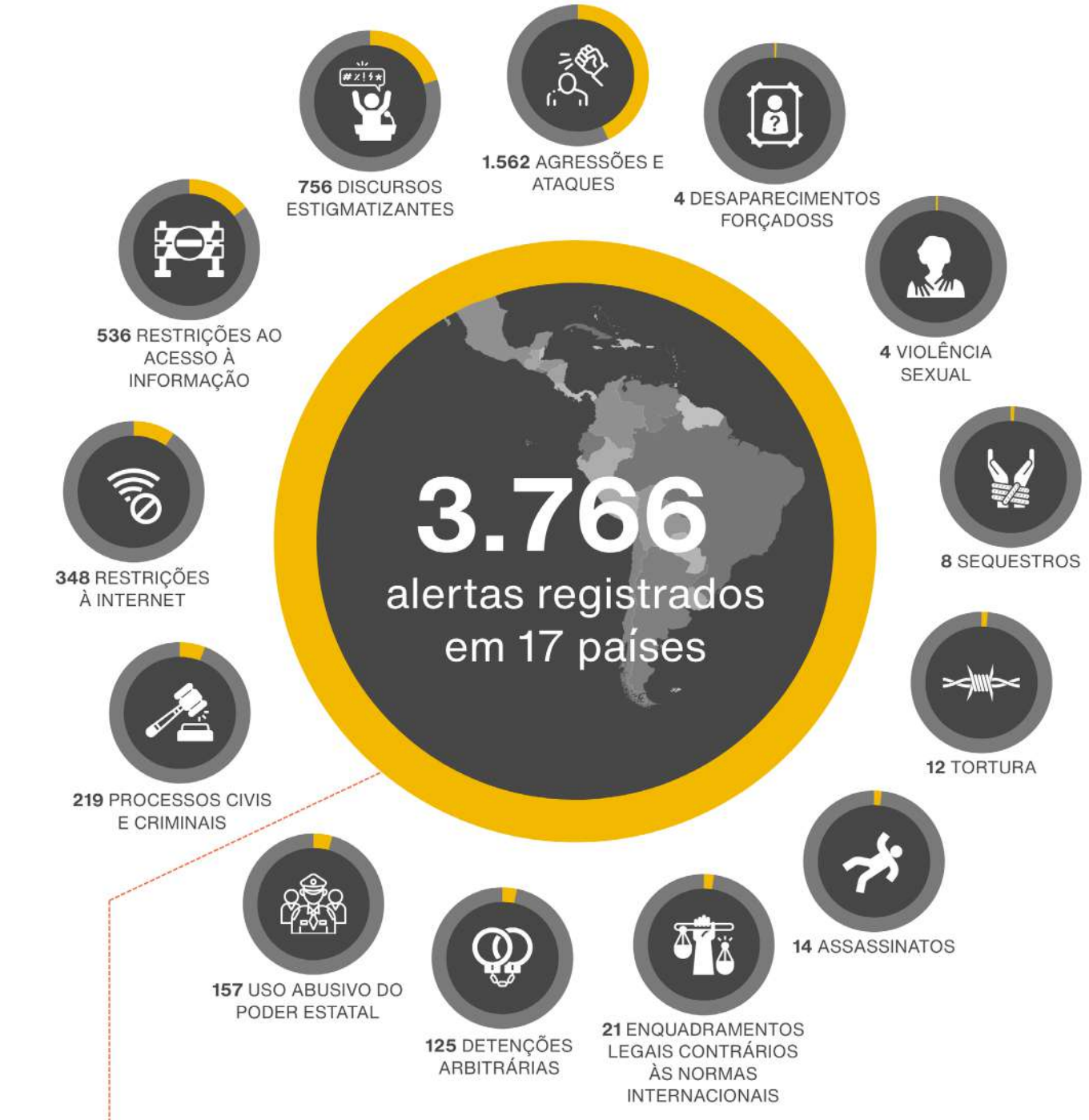
Por fim, é importante notar que as organizações parceiras usam os seus próprios sistemas de monitoramento, adaptados aos seus contextos locais. Para este relatório regional, os registros estão adaptados aos indicadores da metodologia VDS. Cada vítima é registrada como um alerta independente, que difere de algumas abordagens de monitoramento locais. O processo de adaptação dos registros nacionais à metodologia compartilhada da rede VDS permite uma análise comparativa a nível regional, porém pode levar a discrepâncias entre os dados apresentados neste relatório e os relatórios nacionais produzidos por cada organização.

Capítulo 1. Análise Regional

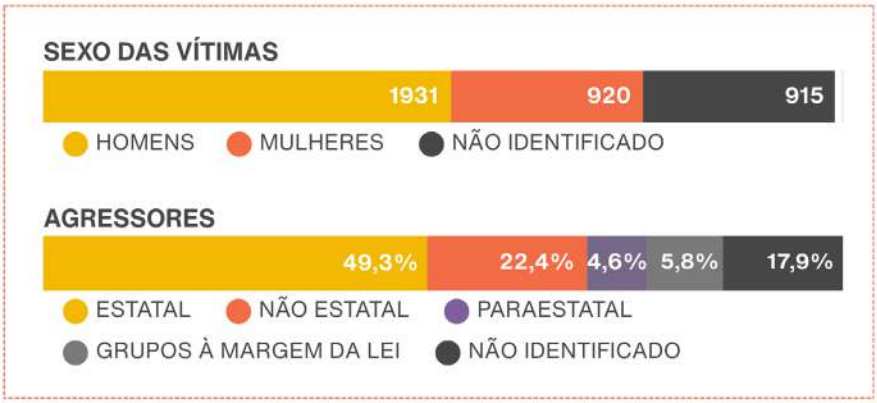
NÚMERO DE ALERTAS POR PAÍS

Análise regional

DADOS GERAIS



142
alertas baseados em sexo ou orientação sexual



Contexto e tendências

A violência contra a imprensa persiste em toda a América Latina. Novos padrões combinam a continuidade de violações mais graves com mecanismos de intimidação e silenciamento facilitados pela tecnologia. Em 2024, a Red VDS documentou 3.766 alertas em 17 países, um número ligeiramente inferior ao ano anterior (3.827), o que, longe de refletir uma melhoria, mostra um processo de reajustamento das formas de violência, bem como o avanço da autocensura e do exílio.

Agressões e ataques: a principal ameaça a jornalistas na região

A rede VDS registrou 1.562 agressões e ataques, 41,5% do número total de alertas em 2024, o que configura a forma mais frequente de violência contra a imprensa na América Latina. A modalidade liderou os registros em 11 dos 17 países monitorados, em consonância com a tendência observada nos anos anteriores. A distância da segunda categoria mais frequente (discursos estigmatizantes, que representaram 20,1% do total de alertas) é de 21,4 pontos percentuais, uma lacuna que confirma a clara predominância de agressões e ataques sobre qualquer outra forma de violência contra jornalistas registrada em 2024. Aqui, predominaram os ataques à integridade física, as ameaças e o assédio a jornalistas. Os ataques não só afetam a segurança física e psicológica de jornalistas como também procuram intimidar e inibir a cobertura de questões controversas. É o caso na Nicarágua, onde, devido à perseguição do regime de Daniel Ortega, os meios de comunicação independentes reduziram a sua cobertura a três tópicos: eventos, espetáculos e notícias internacionais.

Os atores estatais perpetraram um em cada três ataques e agressões ao jornalismo durante 2024. Dentro deste grupo, cerca de 40% dos alertas estavam ligados à polícia ou às forças de segurança, o que revela uma participação preocupante de órgãos responsáveis por garantir a proteção dos cidadãos e prevenir a violência. Em segundo lugar vieram os atores não estatais, responsáveis por 22,6% do total de alertas registrados. O padrão confirma que a violência contra jornalistas vem tanto de estruturas estatais como de grupos criminosos e atores anônimos, demonstrando a extensão do risco de ataques e dificultando a implementação de mecanismos de proteção eficazes.

Os dados mostram que as agressões e ataques raramente ocorrem isoladamente. Muitas vezes, são o prenúncio de violências ainda mais severas, como sequestros, desaparecimentos forçados ou assassinatos. A impunidade perante ameaças repetidas, ataques físicos e campanhas sistemáticas de assédio contra jornalistas leva a uma escalada de violência com episódios mais graves. Um padrão claro foi evidenciado em 29 de outubro em Uruapan (México), quando pistoleiros não identificados assassinaram o jornalista Mauricio Cruz Solís, mesmo depois de ele ter

Em 2024, uma pessoa jornalista foi morta a cada 26 dias na América Latina

denunciado repetidamente as ameaças que lhe eram dirigidas. De forma parecida, em 24 de janeiro, na Colômbia, o jornalista Mardonio Mejía, fundador e diretor da Sonora Estéreo, foi morto por assassinos que estavam em uma moto. O crime permanece impune até hoje. Os casos acima citados mostram que a impunidade não é apenas um problema em si, mas também serve como um sinal de alerta precoce do risco letal enfrentado por jornalistas.

Silenciar com violência: as formas mais extremas de censura

Em 2024, a rede VDS registrou o assassinato de 14 jornalistas na América Latina, o equivalente a uma morte a cada 26 dias. Honduras, México e Colômbia são mais uma vez os territórios mais mortais para o jornalismo, um padrão alarmante que vem desde 2022. Em Honduras, as 6 vítimas eram jornalistas comunitários, ambientalistas e defensores dos direitos humanos. Entre eles estavam Juan López e Marvin Dubón, líderes comunitários mortos no Valle del Aguán, uma das áreas mais violentas do país, marcada por disputas territoriais, operações de tráfico de drogas e conflitos ambientais. Até a conclusão deste relatório, nenhum dos assassinatos havia sido esclarecido. Entre os 5 assassinatos no México, está o de Víctor Alfonso Culebro, diretor do portal de notícias Realidades, que foi encontrado com sinais de violência e perfurações à bala em uma área disputada pelo crime organizado em Chiapas. Na Colômbia, a FLIP registrou os homicídios de 3 jornalistas, todos envolvidos em investigações de corrupção na gestão de recursos públicos. Um caso emblemático é o de Jaime Vásquez, que, à época de sua morte, investigava irregularidades de empresas, hospitais públicos, empreiteiros e atores políticos da região (departamento) onde vivia. O caso reflete dois fatores agravantes: por um lado, o risco de abordar questões que incomodam os poderes econômicos e/ou políticos; por outro, a vulnerabilidade de certas áreas "liberadas" ou sem proteção estatal, como o norte de Santander, que concentrou 11,4% do total de alertas. Essa geografia de silenciamento amplifica a violência contra a imprensa, encoraja a autocensura e aumenta o risco de morte. Além disso, houve oito tentativas de assassinato na região: duas no Brasil, quatro na Colômbia e duas na Bolívia. A persistência da violência letal contra o jornalismo mostra a falta de garantias para a liberdade de imprensa e de expressão na América Latina, bem como os riscos de praticar jornalismo na região.

Houve também quatro desaparecimentos forçados, um aumento significativo em comparação com o único caso relatado, que foi em 2023. Os atores estatais perpetraram 75% desses casos, em toda a região. No México, grupos do crime organizado foram responsáveis por um desaparecimento. Além disso, foram documentados oito sequestros de jornalistas, um ligeiro decréscimo em relação aos 13 registrados no ano anterior, porém ainda algo preocupante devido à sua seriedade e persistência. Eles ocorreram no México (5), na Colômbia (2) e na Bolívia (1).

Um total de 62,5% dos sequestros foram cometidos por grupos ilegais (principalmente na Colômbia e no México), 25% por atores não

identificados e 12,5% por agentes paraestatais. A persistência de alertas violentos e severos é agravada por uma cultura de impunidade na qual os autores raramente são responsabilizados pelas suas ações.

Os alertas de tortura tiveram aumento grave, de 4 alertas em 2023 para 12 em 2024, um aumento de 200%. O México foi responsável por 7 casos, Bolívia por 3 e Cuba por 2. Os atores estatais foram diretamente responsáveis em 66,66% desses eventos. Entre os alertas registrados no México, a ARTICLE 19 destacou o caso de Marco Antonio, um jornalista independente especializado em questões políticas e sociais, que foi sequestrado por nove horas e libertado com sinais visíveis de tortura. Entre as vítimas mexicanas, 57,1% cobriam questões de segurança e justiça; 28,6%, protestos sociais; e 14,3%, direitos humanos. Os casos de violência extrema refletem a forma como a tortura é usada para restringir a cobertura dos meios de comunicação e limitar o acesso dos cidadãos a informações cruciais.

Autocensura, desertos de informação e exílio

A democracia na América Latina continua enfrentando perigosos desafios. De acordo com o relatório Varieties of Democracies 2025, a autocratização é generalizada na região, com 7 países diminuindo seus níveis de democracia (incluindo Argentina, El Salvador, México, Nicarágua e Peru). Os regimes autoritários da Venezuela, de Nicarágua e de Cuba sustentam suas políticas de perseguição e repressão sistemática contra jornalistas e meios de comunicação. Tal como aconteceu em 2023, na Nicarágua e em Cuba o número total de alertas registrados continuou diminuindo, refletindo o impacto da intimidação do Estado na imprensa. Entre 2023 e 2024, a perseguição estatal na Nicarágua duplicou as “zonas de silêncio” (territórios onde o jornalismo independente desapareceu completamente) de 5 para 10 dos 17 departamentos. O silenciamento mostra um processo de erosão do pluralismo da informação, sustentado pelo controle quase absoluto que a ditadura nicaraguense exerce sobre o ecossistema dos meios de comunicação e pela pressão direta contra mídias analógicas e comunitárias. Na Venezuela, a perseguição do governo de Maduro levou à expansão dos chamados “desertos de informação”, áreas urbanas e rurais onde as comunidades ficaram com acesso restrito a informações verdadeiras, confiáveis e plurais, sem jornalismo independente. O medo, a inibição e a subnotificação se normalizaram para se tornarem parte do funcionamento diário dos meios de comunicação. O impacto dessas práticas é evidente na cobertura cada vez mais limitada e controlada.

Face à escalada da perseguição do Estado, o deslocamento forçado e o exílio de jornalistas seguem aumentando na região. Países como Colômbia, México e Equador decidiram relatar nos seus registros locais 19 casos que ocorreram em 2024, com o objetivo de tornar esse problema visível nos seus contextos nacionais. Nos casos em que os autores foram identificados, 95,5% foram perpetrados por grupos à margem da lei.

Violência e narcotráfico: uma dinâmica que segue crescendo

Nos últimos anos, o avanço das redes de narcotraficantes, dos grupos armados e das gangues posicionaram a América Latina como um dos principais epicentros do crime organizado em todo o mundo. Denunciada pela rede VDS em relatórios anteriores, essa dinâmica levou ao aumento da violência contra a imprensa na região e consolidou um clima de medo e coerção que limita a investigação e a reportagem independente. Em 2024, foram identificados 190 agressores ligados a grupos à margem da lei. Desde que os ataques de grupos criminosos começaram a ser registrados em 2021, os casos de violência perpetrados por esses atores triplicaram. Essa alarmante evolução confirma a tendência de crescimento no envolvimento de grupos criminosos na violência contra a imprensa. A Colômbia concentrou o maior número de ataques ligados a esses grupos, com 122 registros em 2024, um número muito acima do Equador, que ficou em segundo lugar com 37. A diferença expõe a magnitude do problema na Colômbia.

Na categoria específica de agressões e ataques, mais de 150 foram cometidos em 2024, o que mostra que essa é a forma mais frequente de violência. Um caso emblemático ocorreu no Equador, em 19 de janeiro, quando um grupo armado invadiu as instalações do canal de TV TC e tomou os trabalhadores como reféns, apontando armas e ameaçando-os com granadas enquanto a transmissão ainda estava ao vivo. Como resultado desses acontecimentos, o jornalista José Luís Calderón, um dos rostos mais reconhecidos do canal, decidiu ir para o exílio devido ao profundo impacto na sua saúde mental. O ataque marcou um ponto de inflexão na violência armada contra a imprensa e demonstrou o retrocesso das garantias de investigar, informar e acessar informação livre e pluralista. A predominância do crime organizado na região aumenta a autocensura e os casos de exílio de jornalistas por medo de represálias devido à cobertura de temas sensíveis.

Judicializar para censurar: o avanço dos processos civis e criminais

O uso do sistema judicial como ferramenta de repressão e censura tem se consolidado como uma prática recorrente na região, onde governos e atores políticos manipulam a critério próprio as instituições de justiça para intimidar e enfraquecer a imprensa independente. Em 2024, a rede VDS registrou 219 processos civis e criminais contra jornalistas e veículos, que representam 6,2% do total de alertas. A tendência vem mantendo um crescimento sustentado nos últimos anos: em 2023 representou 5,2% dos casos, ante o percentual de 3,9% de 2022. A Colômbia foi o país com o maior número de alertas (45), seguido pelo Brasil (32) e Chile (23). Os atores estatais foram responsáveis pelos processos civis e criminais em 61,1%, enquanto os não estatais estão presentes em 35,4% dos casos, o que reafirma o papel preponderante das instituições públicas nesse tipo de agressão. No Brasil, por exemplo, a candidata a prefeita

Em 2024, um em cada dois discursos estigmatizantes veio de atores estatais

de Curitiba Cristina Graeml e seu vice, Jairo Ferreira Filho, apresentaram duas ações judiciais para impedir a divulgação de denúncias de crimes financeiros contra Ferreira Filho. Tal como em 2023, os dados refletem a persistência no uso desproporcional e punitivo do aparelho judicial como parte da repressão sistemática do Estado contra a imprensa na região.

Estigmatizar para desacreditar: discurso como arma contra a imprensa

O discurso estigmatizante foi a segunda categoria com o maior número de alertas na região em 2024, com 756 registros, ou 20,1% do total. A tendência é de crescimento há vários anos. Em 2018 e 2019, esse tipo de discurso respondeu por apenas 5% do total de alertas; em 2020, passou a representar 10% dos casos; em 2021, quase 15%; e, em 2022, chegou a 17%. O crescimento sustentado confirma que o uso da retórica para tirar a credibilidade e atacar a imprensa é uma estratégia cada vez mais frequente para silenciar o jornalismo. O risco é agravado quando esses discursos partem das mais altas esferas políticas, pois isso legitima um ambiente permissivo para outras formas de violência direta e estrutural contra jornalistas. Em 2024, um em cada dois discursos estigmatizantes veio de atores estatais. São dignos de nota o caso da Argentina, onde o presidente Javier Milei usou desse artifício em 64,61% desses discursos no contexto nacional, e o da Venezuela, no qual o presidente Nicolás Maduro emitiu 21,8% dessas agressões retóricas. Ou seja, quando a estigmatização é impulsionada pelo poder político, a hostilidade em relação à imprensa é normalizada e as garantias para o jornalismo independente são enfraquecidas.

O Estado no centro das violações

O Estado é o principal responsável pelas violações da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa na América Latina. Em 2024, os atores estatais perpetraram 49,3% dos alertas registrados na região (1.681 alertas), enquanto os atores paraestatais cometeram 4,6% adicionais (157), representando em conjunto mais de metade dos incidentes monitorados. Desde que a rede Voces del Sur iniciou o monitoramento regional, a participação do Estado nas agressões tem sido a maioria, com picos de 75% em 2019 – os números, embora flutuantes, nunca ficaram abaixo de 49%. Os atores estatais são os principais agressores em 15 dos 17 países monitorados. As únicas exceções são o Brasil e o Chile, onde predominam atores não estatais, e a Colômbia, onde a maior proporção corresponde a agressores não identificados. Em 9 dos 13 indicadores monitorados, os agentes estatais classificam-se em primeiro lugar como perpetradores. Em 2024, presidentes foram os atores estatais que concentraram o maior número de alertas: o presidente da Argentina, Javier Milei, acumulou 30,52% dos alertas, seguido por Nicolás Maduro (7,5%) e o presidente de El Salvador, Nayib Bukele (7,1%). Agressões e ataques foram a forma mais recorrente de violência estatal, com 532 vítimas, seguidos de restrições ao acesso à informação (380 vítimas) e

discursos estigmatizantes (362), todos com intenso efeito inibidor sobre o trabalho jornalístico.

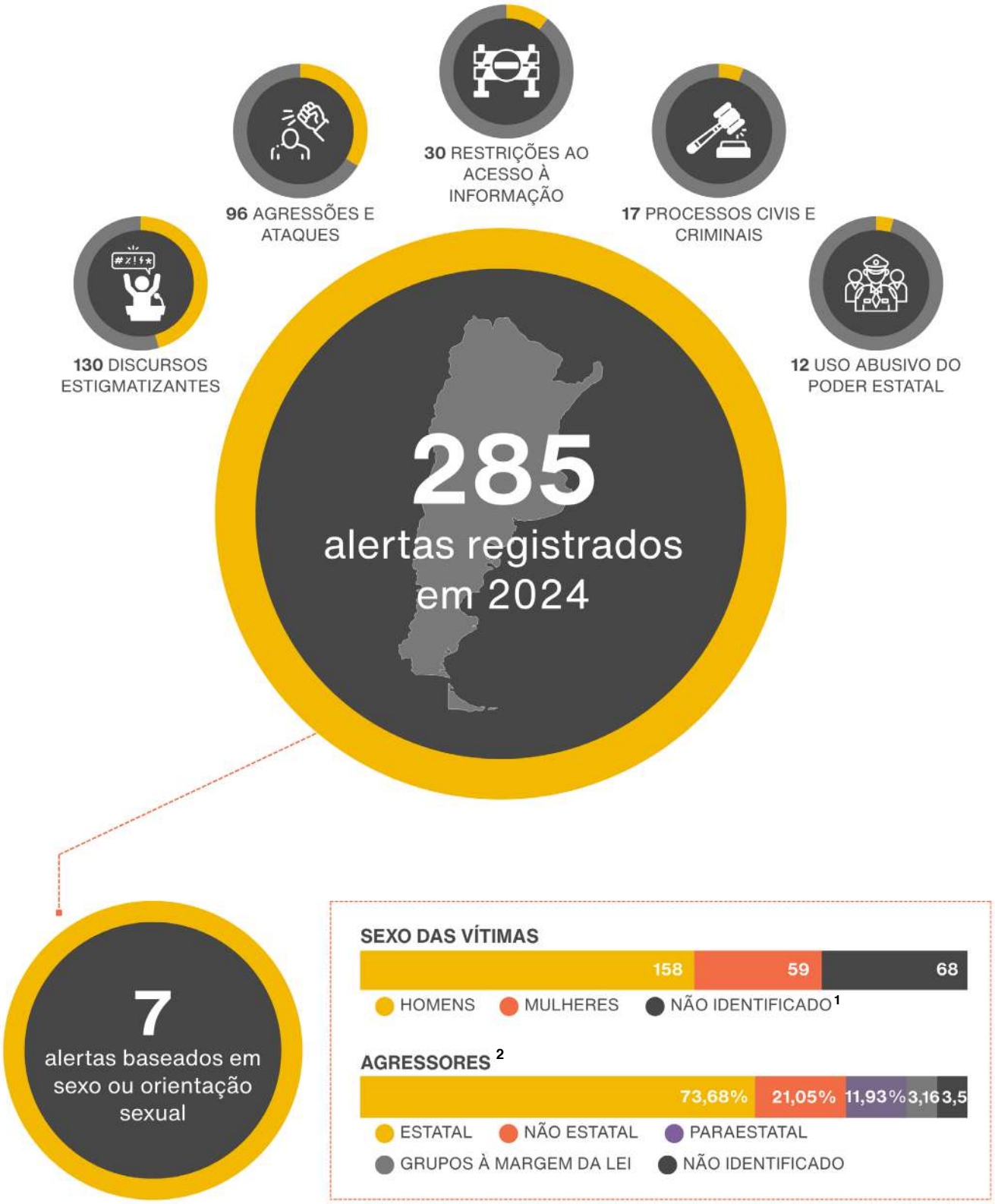
Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, foram identificados 142 alertas de violência contra jornalistas, motivada por sexo ou orientação sexual. Os casos afetaram particularmente mulheres jornalistas, jornalistas indígenas e repórteres LGB que, em muitos casos, exercem o jornalismo a partir de abordagens mais críticas e territoriais. Em países como Colômbia e Brasil, a rede VDS documentou um aumento significativo nesse tipo de violência. Os ataques tendem a aumentar quando os jornalistas abordam questões relacionadas a direitos humanos, corrupção, memória, meio ambiente ou violência baseada no sexo ou na orientação sexual. A tendência foi particularmente evidente tanto no México — onde ameaças digitais com conteúdo sexual e ameaças de morte tentaram silenciar a reportagem crítica — como no Uruguai, onde os jornalistas que trabalharam na memória recente (processos de recuperação e análise dos atos de violência e repressão do passado recente e dos seus efeitos atuais) foram alvo de campanhas sexistas.

Além disso, em pelo menos 9 dos 17 países monitorados, funcionários, legisladores e presidentes usaram o discurso público como uma ferramenta para a agressão. Na Argentina, por exemplo, o presidente Milei cometeu seis dos sete alertas de violência baseados em gênero ou orientação sexual contra jornalistas, que incluíam expressões sexistas, alusões à orientação sexual e desqualificações das carreiras dos jornalistas. Quando os atores estatais e institucionais executam esse tipo de violência, eles legitimam ataques de revitimização, alimentam a impunidade e normalizam o silenciamento de vozes dissidentes. De forma transversal, as organizações pertencentes à rede VDS alertaram que o medo de represálias, a ausência de mecanismos de proteção institucional e a revitimização dos denunciantes continuam a ser fatores cruciais para explicar a autocensura.

Capítulo 2. Argentina

DADOS GERAIS



1 A categoria "não identificados" da VDS é discriminada na FOPEA como "Imprensa em geral", "Mídia" e "Organizações".

2 A percentagem total de agressores excede os 100% porque, em alguns casos, a mesma vítima tinha dois agressores diferentes.

Contexto e tendências

Como previsto em 2023, a tensão entre a imprensa e o governo intensificou-se e aprofundou-se em 2024. O presidente Javier Milei assumiu o cargo com uma postura abertamente hostil em relação ao jornalismo, que ele classifica como parte de "la casta". Discursos estigmatizantes, medidas restritivas, violência institucional e desinvestimento delinearam uma estratégia governamental sistemática para enfraquecer o debate público, limitar a liberdade de expressão e restringir o direito à informação. Nesse contexto, o FOPEA (Foro de Periodismo Argentino) registrou o segundo maior número de incidentes desde que iniciou o monitoramento em 2008, ultrapassado apenas no ano de 2013. Em 2024, foram anotados 179 casos de ataque à liberdade de expressão que impactaram 285 vítimas, produzindo 285 alertas de acordo com a metodologia da Rede VDS. O número de vítimas corresponde aos 285 alertas registrados neste relatório, um aumento de 85,1% em relação a 2023, quando o FOPEA contou 154 vítimas a partir de 117 casos.

Os atores estatais foram responsáveis por 73,68% de alertas documentados em 2024, o que representa um aumento de 32,78 pontos percentuais em comparação aos 40,9% de 2023. O presidente da nação perpetrou 87 dos 285 alertas de 2024, tornando-se o principal agressor. Também houve um aumento significativo nos relatos de ataques das forças de segurança ligadas ao aparelho do Estado, de 18 alertas em 2023 para 48 em 2024, um aumento de 166%. A tendência atingiu em 2024 níveis sem precedentes em relação aos jornalistas atacados em vias públicas simplesmente por transportar microfones com logotipos identificativos. É uma demonstração de que, quando os ataques partem de membros do alto escalão do governo, cria-se um clima no qual proliferam diferentes e maiores tipos de violência contra a imprensa.

Os discursos estigmatizantes representaram 45,6% dos alertas registrados em 2024, com um salto exponencial de 60 alertas em 2023 para 130 em 2024. Um total de 64,61% desses ataques discursivos (84 alertas) vieram do presidente, que usou sua plataforma para tentar deslegitimar veículos de comunicação e jornalistas, sem distinção ideológica. A agressividade manifesta-se em declarações públicas, postagens e réplicas em redes sociais, principalmente no X, que formam um ecossistema tóxico onde o jornalismo é atacado e estigmatizado como "inimigo do povo" ou "inimigo da liberdade". Um exemplo disso foi o post de Milei de 10 de abril intitulado "Liberdade de expressão para todos", no qual ele acusou o jornalismo de "ter se corrompido, sujado e prostituído no calor dos envelopes e da pauta oficial".

A Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) concentrou 60,4% do número total de alertas, com 172 casos. Os atores estatais foram responsáveis por 140 alertas registrados na CABA, dos quais 75,58% corresponderam a discursos estigmatizantes. Por sua vez, foi a jurisdição que concentrou o maior número de incidentes na categoria "agressões e ataques" (46 alertas, representando 47,9% do total do país nessa categoria). Um caso

O presidente Milei perpetrou 6 dos 7 alertas ligados à violência baseada no sexo ou na orientação sexual

ocorreu em 2 de fevereiro, quando as forças de segurança reprimiram a imprensa durante a cobertura das manifestações em frente ao Congresso, durante o debate sobre a Lei de Bases, um megaprojeto oficial.

Além disso, o governo tomou medidas concretas para restringir direitos fundamentais. Uma das mais preocupantes foi a alteração, por decreto, da Lei de Acesso à Informação Pública, que reduziu drasticamente seu alcance após críticas na imprensa sobre o uso de recursos públicos na residência presidencial. A decisão representou um revés na transparência e enfraqueceu tanto o jornalismo investigativo como esse mecanismo de fiscalização cidadã. A esse respeito, o FOPEA registrou 30 alertas devido a restrições de acesso à informação, 13 a mais do que em 2023.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, o FOPEA registrou sete alertas relacionados à violência com base em gênero ou orientação sexual dos jornalistas, mais que o dobro dos casos de 2023 (3). O presidente do país, Javier Milei, perpetrou seis desses alertas, que incluíam comentários com conotações sexuais, alusões à orientação sexual e desqualificações a carreiras profissionais. Um caso emblemático ocorreu quando Milei atacou publicamente, em sua conta no X, as jornalistas María O'Donnell e María Laura Santillán, usando expressões misóginas e sexistas para estigmatizar o trabalho e minar credibilidade delas. Essa violência gera consequências concretas no dia-a-dia de jornalistas e alimenta um ambiente hostil para a prática profissional.

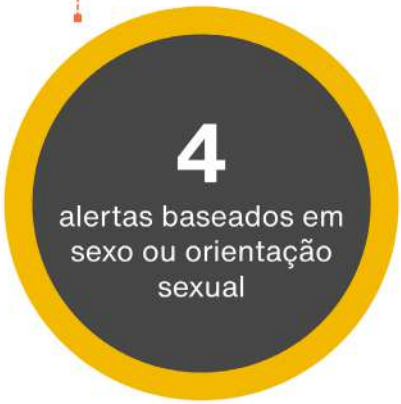
Conclusões e recomendações

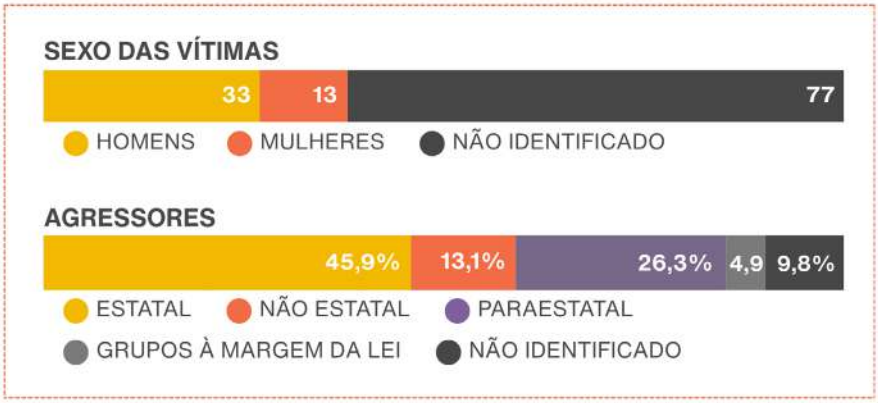
O primeiro ano de Milei no cargo foi marcado por um aumento da hostilidade em relação ao jornalismo e pelo aprofundamento de discursos estigmatizantes do Poder Executivo da nação e de contas em redes sociais relacionadas com sua gestão. Em vista disso, é urgente fortalecer a rede de alianças entre organizações da sociedade civil, meios de comunicação, coletivos de jornalistas e defensores dos direitos humanos, iniciada em 2023. Além disso, é essencial assegurar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação Pública e promover a sua sanção nas províncias que ainda não a possuem. A defesa da liberdade de expressão não diz respeito apenas a jornalistas: está em jogo o direito de toda a sociedade de se manter informada e participar ativamente da vida democrática.

Também é essencial promover uma campanha de sensibilização sustentada que destaque os efeitos da violência contra a imprensa enquanto ator central no exercício da democracia e na defesa dos direitos individuais. O clima de pressão afeta a qualidade da informação, promove a autocensura e enfraquece a capacidade de investigar e fiscalizar o poder.

Capítulo 3. Bolívia

DADOS GERAIS





Contexto e tendências

Em 2024, a liberdade de imprensa na Bolívia continuou a ser sitiada num contexto que se intensifica há 19 anos. O cenário é marcado pelo conflito político, pelo aumento do assédio judicial, pelo sufocamento econômico dos veículos de comunicação e pela impunidade que o Estado reproduz e legitima. A polarização entre o poder e a oposição, juntamente com as lutas internas no Movimiento al Socialismo (MAS), aprofundaram o conflito político na Bolívia, expondo jornalistas a situações de risco. Nesse contexto, a autocensura consolidou-se como uma das preocupações mais urgentes identificadas pela Asociación Nacional de la Prensa (ANP), que representa os principais jornais da Bolívia.

Em 2024 houve 52 ataques físicos e verbais contra os trabalhadores da imprensa, incluindo confisco de equipamentos, detenção e ameaças de morte. Além disso, houve um sequestro, três casos de tortura e duas tentativas de homicídio. Entre os eventos mais graves, estão as ameaças de queimar vivos jornalistas que cobriam os bloqueios de estradas organizados por apoiadores do ex-presidente Evo Morales em outubro e novembro. As manifestações exigiam o fim da investigação de suposto tráfico humano cometido pelo ex-presidente. Entre as vítimas estão o jornalista Josué Chubé, que foi detido, ameaçado e torturado enquanto cobria os bloqueios na cidade de Mairana, na rota entre Cochabamba e Santa Cruz; Jurgen Guzmán Ribera, repórter da rede de televisão Unitel, que sofreu uma tentativa de homicídio e foi detido arbitrariamente por manifestantes enquanto relatava, com sua equipe, os acontecimentos numa estrada que liga os departamentos de Cochabamba a Santa Cruz. Os ataques mostram o grau de violência e risco que os jornalistas enfrentam em contextos de alto conflito social.

Nesse contexto, o Estado manteve seu papel de principal agente de ataques contra a imprensa, responsável por 45,9% do número total de alertas e consolidando um ambiente cada vez mais hostil para o jornalismo. Em 2024, a ANP registrou sete alertas de abuso do poder estatal e três leis contra a liberdade de expressão e de imprensa. A associação destacou, em particular, a negação do acesso à informação pública, que teve um alarmante aumento de 633% em relação ao ano anterior, de 6 para 38 alertas. Nesse sentido, o governo do presidente Luis Arce tem usado sistematicamente práticas para encurralar jornalistas e meios de comunicação de “oposição”, restringindo, assim, o direito à informação.

A ANP também registrou um aumento preocupante nos processos civis e criminais contra jornalistas, com oito casos ativos, o dobro de 2023. Esse aumento consolidou um ambiente hostil para o jornalismo e aprofundou o uso da justiça como ferramenta para a censura. Em vários casos, as autoridades judiciais tentaram violar o sigilo profissional, exigindo que os jornalistas depusessem em processos civis e criminais e expusessem suas fontes, violando a Lei de Impressão. Um dos casos mais representativos foi o do jornalista esportivo Jaime Vega, que foi convocado por um juiz de Santa Cruz para depor como testemunha num processo de difamação, o que mostra o enfraquecimento das garantias legais para o jornalismo.

A ANP registrou um aumento de 633% nas restrições ao acesso à informação em relação a 2023

Por fim, a ANP continua a alertar sobre a impunidade, a falta de ação e a negligência das autoridades para investigar e punir atos de violência contra a imprensa. Casos como os dos jornalistas Jorge Huanca e Armando Montecinos, que foram atacados durante uma cobertura na colina de San Pedro de Oruro, ou o do cinegrafista Joel Orellana e seu assistente Miguel Ángel Rivero, atacados por um policial enquanto cobriam protestos sobre a prisão do então governador de Santa Cruz Fernando Camacho, refletem essa deliberada falta de proteção. O sequestro e a tortura de seis jornalistas em 28 de outubro de 2021 seguem sendo investigados num processo judicial sem fim, sem sanções para os responsáveis. Até o fechamento deste relatório, nenhum desses casos foi esclarecido e os processos civis e criminais continuam paralisados. A impunidade funciona como um mecanismo disciplinar, encorajando a autocensura, normalizando a violência e violando diretamente a liberdade de expressão.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, a ANP documentou 13 alertas de mulheres jornalistas, entre os quais identificou quatro ataques ligados à violência baseados no sexo ou na orientação sexual. A organização observou que a desigualdade e a violência contra jornalistas mulheres e LGB intensificam-se de acordo com a sua identidade étnica e classe social.

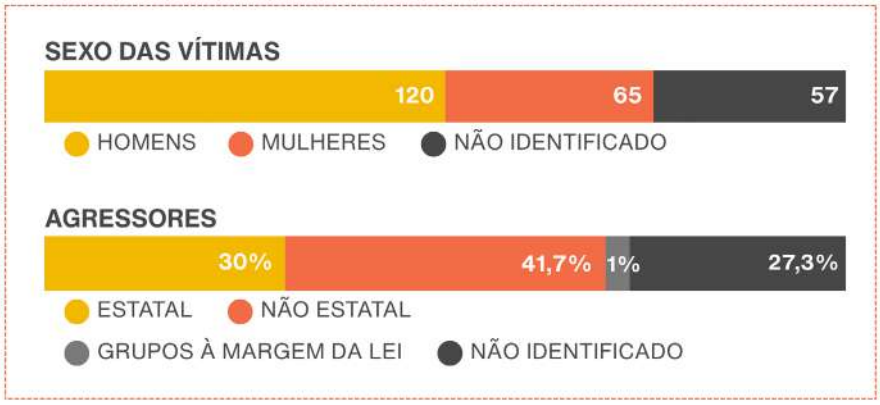
Conclusões e recomendações

A liberdade de imprensa na Bolívia tem sofrido um cerco crescente e sistemático que, em 2024, foi reforçado por conflitos políticos e pela impunidade do Estado, criando um ambiente ainda mais perigoso para os jornalistas. Longe de proteger a imprensa, o Estado posiciona-se como seu principal agressor, recorrendo a mecanismos legais e coercitivos para silenciar vozes críticas. Ao mesmo tempo, a falta de justiça perante a violência encoraja a autocensura e corrói profundamente a liberdade de expressão, pondo em risco os direitos fundamentais de jornalistas, trabalhadores da imprensa e de veículos independentes.

Em resposta a essa situação preocupante, a Asociación Nacional de la Prensa faz um apelo urgente aos cidadãos para que defendam ativamente os meios de comunicação social e apoiem o trabalho do jornalismo. É essencial valorizar o trabalho dos jornalistas e dos meios de comunicação independentes, reconhecendo seu papel indispensável no acesso à informação verdadeira e plural. Da mesma forma, a ANP exige que todos os setores sociais e políticos rejeitem qualquer forma de censura, intimidação ou repressão que limite a liberdade de expressão. Proteger o jornalismo não é apenas uma exigência setorial, mas uma responsabilidade coletiva indispensável para salvaguardar a democracia.

Capítulo 4. Brasil

DADOS GERAIS



Contexto e tendências

Em 2024, no segundo ano do governo Lula, o Brasil registrou uma queda de 34,6% nas violações da liberdade de imprensa, com 242 alertas em comparação com 370 em 2023. No entanto, a redução não reflete necessariamente uma melhoria no ambiente para a prática jornalística. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), algumas formas de violência se intensificaram e há uma reconfiguração no mapa dos agressores juntamente com uma mudança do palco para o ambiente digital, somado ao aumento sustentado da judicialização e da violência de gênero.

Após a tensão política e o clima de golpe que marcaram a transição do governo de Jair Bolsonaro em 2023, em 2024 houve uma mudança significativa no perfil das fontes agressoras contra a imprensa. Os atores estatais, que foram os principais agressores em 2023, responsáveis por 51,9% do total de alertas, reduziram a sua participação para 30,2% em 2024. A diminuição foi particularmente notável nos discursos estigmatizantes: aqueles perpetrados por agentes estatais caíram 54 pontos percentuais num ano, de 72,1% em 2023 para 18,1% em 2024. Ao mesmo tempo, houve um aumento nos ataques executados por atores não estatais (39%) e por fontes não identificadas (42,9%), o que mostra uma migração da principal fonte de agressão contra a imprensa do Estado para os cidadãos.

Os agressores não estatais representaram 41,7% de todos os alertas documentados. Pelo menos 20 alertas envolveram apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como candidatos e aliados do Partido Liberal (PL). Houve também seis alertas ligados ao candidato de direita Pablo Marçal (PRTB) e dois alertas de simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Nos casos em que as fontes agressoras são conhecidas, os dados mostram a presença de setores alinhados com a direita radical na violência contra a imprensa.

O ambiente digital se consolidou como um espaço especialmente agressivo para trabalhadores da imprensa. Dos 94 ataques e agressões registrados em 2024, 31,9% eram relacionados com ameaças digitais e ciberataques, um aumento de 8,4 pontos percentuais em relação aos 23,5% de 2023. O aumento se deve principalmente ao assédio digital, caracterizado por ameaças diretas à integridade física e/ou à exposição de dados pessoais de jornalistas nas redes sociais. O padrão revela uma liberação e massificação da violência: à medida que diminui o papel do Estado como agressor direto, o público digital surge como um ator central, protegido pela legitimidade simbólica que lhe foi concedida pela violência institucional anteriormente normalizada. Esse processo converte o ambiente digital em uma autêntica coreografia de violência contra o jornalismo no Brasil, com grande potencial de agravamento se as tendências atuais persistirem.

Os processos civis e criminais contra a imprensa mostraram um aumento constante nos últimos três anos, com um crescimento interanual de 5,12%. Em 2022, eles representavam apenas 1,9% do número total de alertas; um ano depois, o número quadruplicou para 8,1% e, em 2024,

71,2% dos processos civis e criminais foram iniciados por atores estatais

voltou a subir para 13,22%. No último ano, 71,2% dos processos civis e criminais (23) foram iniciados por atores estatais, como autoridades políticas, prefeitos e candidatos a cargos públicos. Um caso envolveu o candidato a vice-prefeito de Curitiba Jairo Ferreira Filho, que moveu duas ações judiciais – juntamente com a candidata a prefeita em sua chapa, Cristina Graeml – para impedir que veículos de imprensa divulgassem denúncias de crimes financeiros supostamente cometidos por ele. Tais ações demonstram o uso do sistema judicial a serviço dos interesses políticos e econômicos, usando-o como mecanismo de intimidação e censura.

A prática nociva espalhou-se para o esporte: durante 2024, donos de clubes abriram processos civis e criminais para silenciar e até mesmo prender jornalistas que investigavam questões ligadas à corrupção no futebol. Trata-se, claramente, de um mecanismo de perseguição e controle que ameaça a liberdade de expressão e o jornalismo independente no país.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, a Abraji registrou 31 alertas de violência relacionada ao sexo ou à orientação sexual das vítimas: discursos estigmatizantes (machistas, misóginos, homofóbicos ou bifóbicos) responderam por 71% dos casos, agressões com narrativas sexistas por 22,6% e atos de violência sexual por 6,4% do total. Embora os homens tenham sido a maioria em termos absolutos, os casos envolvendo mulheres jornalistas ainda são subnotificados por medo de represálias, o que torna invisível a magnitude dos acontecimentos. O choque foi notável na cobertura esportiva, especialmente no futebol: em 2024 houve quatro alertas por agressão de torcedores.

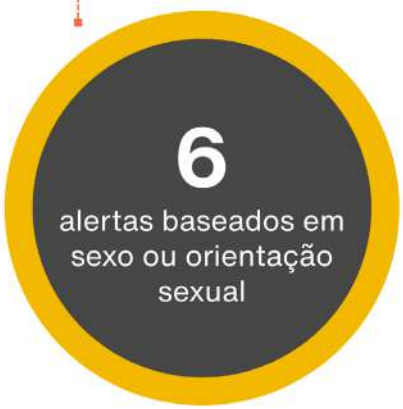
Conclusões e recomendações

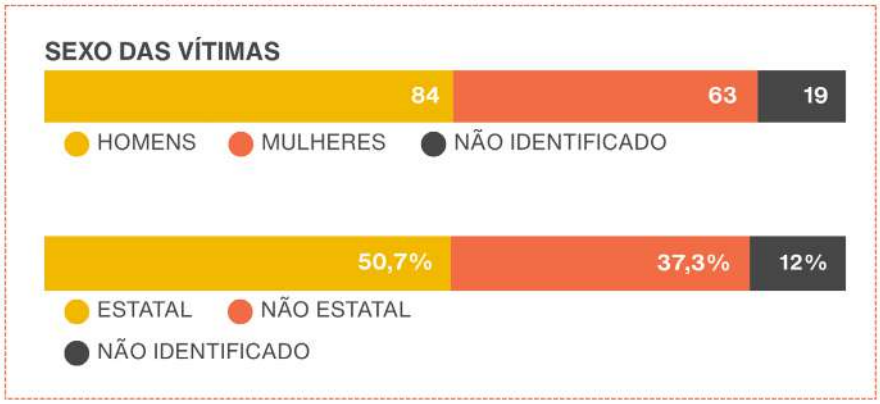
A violência contra a imprensa no Brasil não recuou; sofreu mutações. A redução de alertas esconde a perigosa reconfiguração dos agressores: do Estado para os atores não-estatais. O ambiente virtual consolidou-se como um território de impunidade e crueldade, amplificado por novos perpetradores com alcance ilimitado. A judicialização da imprensa também cresceu, usada como censura por autoridades políticas e apoiada por juízes. Persistem os preconceitos sexistas estruturais que procuram excluir vozes. Se essas tendências não forem neutralizadas, o país corre o risco de normalizar um ecossistema em que a comunicação é exercida com um elevado custo pessoal, coletivo e democrático.

A Abraji reivindica a garantia do acesso irrestrito à informação e o fortalecimento de políticas para proteger contra o assédio judicial e a violência online. A entidade apela ao Estado para que haja um compromisso com um ambiente de informação pluralista, e que as plataformas adotem medidas eficazes contra ataques coordenados, com canais ágeis para denunciar e eliminar abusos. Para os veículos de imprensa, a Abraji recomenda protocolos de segurança em coberturas sensíveis, formação em proteção digital e física e apoio legal e psicológico a jornalistas vítimas de violência e assédio.

Capítulo 5. Chile

DADOS GERAIS





Contextos e tendências

O Chile registrou um aumento de 48,21% nos alertas de violência contra a imprensa, passando de 112 em 2023 para 166 em 2024. O crescimento mostra uma tendência sustentada para normalizar a violência contra os trabalhadores da comunicação fora de contextos de protesto social, como as grandes manifestações de 2019. Além disso, foram identificadas três tendências principais: o uso do sistema judicial como mecanismo de intimidação ou censura, a normalização dos discursos estigmatizantes exercidos por figuras públicas e um aumento exponencial das violações nos espaços digitais.

O Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC) registrou um aumento de 130% nos processos civis e criminais contra jornalistas, de 10 alertas em 2023 para 23 em 2024, a maioria deles contra meios de comunicação locais ou comunitários, como *El Ciudadano*, *Rádio Aconcagua*, *Rádio Isla de Chiloé* e *33 Segundos*. Os casos de natureza penal chegaram a 82,6%, apesar de a Ley de Prensa chilena estabelecer um mecanismo específico de esclarecimento e retificação. A prática persiste porque injúria e calúnia seguem sendo definidos como delitos que podem ser punidos com multas e prisão. O uso de acusações criminais em casos de cobertura jornalística é abusivo e desproporcional, considerando as relações de assimetria de poder que existem entre jornalistas de veículos locais e independentes versus autoridades e empresários.

Em 2024, foram registrados 24 alertas de discurso estigmatizante contra a imprensa. Destes, 24% foram realizados por figuras políticas e 54,2% dessas vítimas eram mulheres, o que confirma que o descrédito público é um mecanismo de violência dirigido especialmente a elas. Ao contrário dos homens, que normalmente registram um ou dois alertas por vítima, as mulheres enfrentam até 4 formas diferentes de violação. Dois casos refletem a seriedade desse ponto: uma repórter de uma mídia digital e independente e outra de um veículo nacional tradicional sofreram pelo menos sete violações cada, incluindo ameaças, processos civis e criminais, restrições digitais e, em um caso, divulgação de material pornográfico falso ou manipulado. Embora, em termos numéricos, os ataques contra as mulheres sejam menores, a repetição, intensidade e uso da violência digital mostram uma virulência particular que busca disciplinar, silenciar e desgastar psicologicamente as jornalistas.

As restrições à internet aumentaram significativamente, passando de quatro alertas em 2023 para 11 em 2024. O aumento manifestou-se principalmente em ataques cibernéticos e hacks, afetando exclusivamente jornalistas e meios de comunicação independentes. Algumas das vítimas desses ataques cobriram conflitos ambientais, questões étnicas ou disputas sobre territórios, especialmente ligadas ao povo mapuche. O hacking da conta de Instagram da *Rádio Lafkenche* ou do site da *Mapuexpress* são exemplos de como essas agressões apontam deliberadamente contra veículos alternativos críticos às ações do poder político ou econômico.

O ODC registrou um aumento de 130% nos processos civis e criminais contra jornalistas

Por outro lado, as agressões e os ataques mantiveram-se como o indicador com o maior número de alertas (65), em linha com a tendência do ano anterior. Dentro dessa categoria estão os ataques físicos, que incluem espancamentos, uso de gás lacrimogêneo, de caminhões de jato d'água e de balas de borracha contra jornalistas e profissionais da imprensa. Entre os eventos mais graves estão o ataque com gás lacrimogêneo a repórteres numa manifestação em Temuco e o ferimento a bala de um operador de câmara durante a cobertura que fazia no Mercado de Lo Valledor, na região metropolitana da capital.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, os alertas para violência baseada em sexo ou orientação sexual tiveram aumento significativo, de um único caso documentado em 2023 para 6 no último ano. Esses alertas incluem discursos estigmatizantes (2), ataques diretos (2) e violência facilitada pela tecnologia no ciberespaço (2). O ODC adverte que as mulheres jornalistas são alvo de ataques mais repetidos e transversais e com maior exposição pública.

Discursos estigmatizantes feitos por figuras públicas, como deputados, podem desencadear novas ondas de violência, com agressões, ameaças ou assédios, que amplificam a agressão inicial. Um fato notável foi o surgimento, pela primeira vez no país, de violência perpetrada com base em imagens falsas ou manipuladas. O caso inaugura uma nova dimensão na agressão digital, que expõe com particular severidade a vulnerabilidade das mulheres jornalistas em ambientes digitais hostis.

Conclusões e recomendações

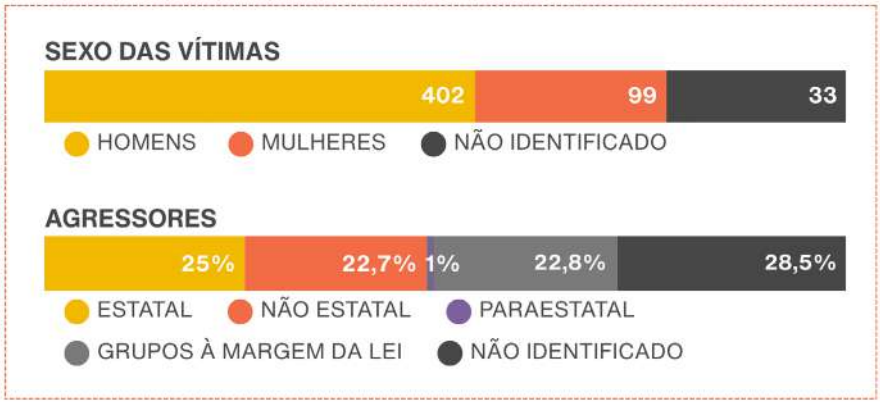
O cenário para a prática do jornalismo no Chile apresenta características de violência que começam a se consolidar como uma prática normalizada e multiforme. O uso abusivo e desproporcional do sistema judicial, os discursos estigmatizantes por parte de figuras públicas e adeptos de partidos ou grupos políticos, e a propagação de ataques digitais, especialmente contra as mulheres, constituem graves limitações para o trabalho jornalístico. Isso demonstra a fragilidade das garantias atuais para a liberdade de expressão e exige uma resposta institucional profunda que aborde a violência e as estruturas que a sustentam.

Nesse sentido, o ODC adverte para um revés preocupante na liberdade de imprensa se as tendências atuais não forem contidas, e pede ao Estado chileno que desenvolva políticas e mecanismos públicos para proteger a imprensa, além de adaptar urgentemente seus marcos regulatórios às normas internacionais para evitar que mecanismos legais de injúria e calúnia sejam usados para controle, disciplina e censura da imprensa. Também é considerado essencial que os meios de comunicação contribuam para a prevenção de riscos diante de coberturas potencialmente perigosas e ofereçam apoio em situações de assédio judicial e digital.

Capítulo 6. Colômbia

DADOS GERAIS

26
alertas baseados em sexo ou orientação sexual



Contexto e tendências

Durante 2024, na Colômbia, intensificou-se a violência letal contra a imprensa, evidenciando uma situação crítica e de absoluta falta de proteção para o exercício jornalístico. Grupos armados ilegais — narcotraficantes, gangues criminosas, dissidentes das FARC e do ELN — vêm intensificando os ataques, atingindo níveis de violência sem precedentes na última década. Ao mesmo tempo, funcionários públicos reproduziram atos de estigmatização, assédio judicial e ataques de redes oficiais, alimentando uma situação hostil. Diante desse cenário, a Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP) documentou 534 alertas contra o jornalismo, um aumento de 10,3% em relação a 2023. As agressões e os ataques representaram 61% do total.

No ano passado, a FLIP registrou o assassinato de três jornalistas colombianos, todos relacionados com investigações de corrupção e gestão de recursos públicos. Um caso emblemático é o de Jaime Vásquez, que, à época de sua morte, investigava irregularidades de empresas, hospitais públicos, empreiteiros e atores políticos da região (departamento) onde vivia. O caso reflete dois fatores agravantes: por um lado, o risco de abordar questões que incomodam os poderes econômicos e/ou políticos; e, por outro, a vulnerabilidade de certas áreas "libertadas" ou sem proteção estatal, como o Norte de Santander, que concentrou 11,4% do total de alertas. É uma geografia de silenciamento que amplifica a violência contra a imprensa, encoraja a autocensura e aumenta o risco de morte.

Grupos armados ilegais perpetraram 122 agressões e ataques e dois sequestros, o que representa um aumento de 51,8% na sua participação em relação a 2023. Entre eles, foram identificadas gangues criminosas, a guerrilha insurgente Ejército de Liberación Nacional e dissidências das FARC-EP, como o Estado Mayor Central (EMC). Um dos sequestros foi o do jornalista Juan Alejandro Loaiza, que, apesar de ter proteção no território nacional, foi detido por um grupo armado em Huíla por se recusar a publicar informações que interessavam a eles. Em Cúcuta, capital do Norte de Santander, a organização criminosa AK 47 executou o "Plano Pistola", que transformava em alvos militares jornalistas que relataram suas atividades. Trata-se, portanto, do ressurgimento das modalidades utilizadas nas fases mais agudas do conflito na Colômbia. Ao deixar jornalistas no meio do fogo cruzado do confronto armado, eles tentam controlar a informação e assim medem forças, delimitam poderes e posicionam-se contra rivais.

Por sua vez, servidores públicos seguiram como principais responsáveis pelos discursos estigmatizantes contra a imprensa. Em 2024, os atores estatais emitiram quase 90% das declarações públicas que desacreditaram jornalistas. O presidente Gustavo Petro destacou-se nesse padrão ao usar a rede social X para acusar a jornalista María Jimena Duzán de tentar destruir o governo, após ela ter publicado uma investigação sobre irregularidades nos contratos estatais.

Grupos armados ilegais perpetraram 122 ataques e ataques em 2024

Além disso, o assédio judicial tornou-se o terceiro tipo de alerta mais frequente contra jornalistas na Colômbia. Em 2024, foram registrados 45 processos civis e criminais, dos quais 51,1% foram iniciados por funcionários do Estado. Entre os casos estão as denúncias do prefeito de Cartagena, Dumek Turbay, contra jornalistas que investigam a corrupção em seu governo, e a pressão do prefeito de Paipa, Germán Ricardo Camacho, para interromper as críticas do veículo *Amigos de Paipa*. Os casos exemplificam como o sistema judicial da Colômbia é usado para intimidar jornalistas, esconder informações e promover a censura.

A esfera digital constituiu-se como uma área particularmente adversa e agressiva contra a imprensa colombiana. Em 2024, 37 restrições na internet foram documentadas, incluindo bloqueios, ataques cibernéticos, campanhas de difamação e remoção arbitrária de conteúdo. Mais da metade desses ataques (56,7%) foram ações arbitrárias em plataformas digitais, seguidas de ataques cibernéticos (27%) e pedidos de remoção de conteúdo (8,1%), transformando a cena digital em um território coercitivo para o trabalho jornalístico.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, a FLIP documentou 26 alertas de violência baseada no sexo ou na orientação sexual. Destes, 84,6% foram agressões e ataques, sendo as ameaças a forma mais frequente. A jornalista Sandra Chindoy, âncora do programa *La Voz del Territorio*, sofreu assédio digital com mais de 100 mensagens estigmatizantes, insultos e expressões racistas e misóginas destinadas ao seu trabalho, identidade e aparência. Os ataques procuram intimidar e silenciar, especialmente quando são abordadas a violência contra as mulheres, o meio ambiente e a defesa territorial.

Conclusões e recomendações

Em 2024, a violência mortal contra a imprensa na Colômbia intensificou-se através de assassinatos, sequestros e deslocamentos forçados, o que confirma o alto risco de investigar questões que comprometam os interesses políticos ou econômicos no país. Os grupos armados intensificaram os seus ataques e o Estado manteve práticas de estigmatização e assédio judicial, o que agravou o ambiente do jornalismo, ameaçando a liberdade de imprensa e a democracia.

A FLIP adverte que a resposta do Estado permanece insuficiente e tardia, deixando a imprensa exposta a ameaças que geram autocensura, deslocamento e exílio. Ela exige a priorização da proteção em áreas onde os grupos armados avançam, a implementação de estratégias eficazes para prevenir ataques de atores ilegais e o fortalecimento de protocolos em contextos eleitorais e de mobilização, sem criminalizar protestos, para garantir condições seguras para o jornalismo. Também clama pelo fim da estigmatização dos funcionários da imprensa e a garantia da justiça em casos de crimes contra a imprensa.

Capítulo 7. Costa Rica

DADOS GERAIS

Não houve alertas transversais baseados em gênero ou orientação sexual

Contexto e tendências

Para o Instituto de Prensa y Libertad de Expresión (IPLEX), 2024 representa o ano em que a violência contra a imprensa foi institucionalizada devido ao papel do Estado como principal agente legitimador e reprodutor dessas violações. A participação dos atores estatais aumentou de forma constante: de 54,5% em 2022 para 75% em 2023, e enfim para 82,4% em 2024. Em apenas dois anos, os alertas triplicaram, evidenciando uma regressão na garantia da liberdade de expressão e um avanço das ações contra a imprensa promovidas pelo Poder Executivo, em um país que até há pouco tempo era considerado um reduto da democracia e das liberdades fundamentais na região.

A restrição do acesso à informação consolidou-se como uma das principais formas de assédio ao trabalho jornalístico, atingindo 35% dos alertas registrados em 2024. Entre os acontecimentos mais graves, destaca-se a exclusão arbitrária de jornalistas nas coletivas de imprensa do Poder Executivo, uma prática que busca controlar a narrativa oficial e transformar a informação, que deveria ser pública, numa trincheira política para poucos.

Além disso, foram contabilizados 14 alertas de uso abusivo do poder estatal, um indicador que reflete como o poder político usa as instituições estatais para controlar o jornalismo e a informação pública. O uso do Sistema Nacional de Radio y Televisión (SINART) para manipular o padrão do Estado, a demissão de trabalhadores da imprensa da cobertura do presidente ou o assédio institucional da prefeitura de Heredia são alguns exemplos disso.

Por sua vez, os discursos estigmatizantes permaneceram frequentes em 2024 – 66,7% deles vieram do Presidente da República. Vindas do poder, essas mensagens não só legitimam, mas amplificam um clima permissivo, possibilitando formas de violência contra o jornalismo. A evidência surge nos alertas de agressões e ataques, um fenômeno que não existia há dois anos, com 6 casos documentados em 2024. Entre eles, o ataque de um seguidor do presidente que espancou um jornalista impunemente em frente a câmeras, enquanto ele entrevistava um ex-deputado.

Em 2024, o perfil das vítimas foi ampliado, refletindo uma mudança nas estratégias de repressão. A perseguição atingiu atores cruciais na estrutura do ecossistema dos meios de comunicação, como diretores dos meios de comunicação, criadores de conteúdo e, em particular, fotojornalistas. O Poder Executivo promoveu ameaças destinadas a impedir o registro em foto ou audiovisual de eventos sensíveis ao governo, revelando um padrão emergente de censura destinado a bloquear a documentação jornalística de situações que incomodam o governo e enfraquecendo a capacidade editorial de tomada de decisões nos meios de comunicação.

Outra forma de coerção exercida pelo Estado foi o cerco financeiro na gestão de fundos públicos. Um fato ilustrativo foi a retirada da publicidade da Kölbi (empresa ligada à estatal de eletricidade ICE) ao programa

A restrição do acesso à informação foi consolidada como uma das principais formas de assédio ao trabalho jornalístico

de paródia e crítica social *El Chinamo*, transmitido no Canal 7, um dos mais populares do país. A decisão, motivada por sátiras ao governo, constitui um mecanismo de pressão pelo qual o Estado usa a publicidade institucional para recompensar os meios de comunicação social que pensam da mesma forma e punir aqueles que a questionam.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Nenhum alerta de violência baseada no sexo ou orientação sexual foi registrado no país em 2024. Dada a ausência, o IPLEX levantou a possibilidade de subnotificação desse tipo de agressão, motivada pelo medo de relatar, falta de apoio institucional ou falta de mecanismos de proteção. Esses aspectos aprofundam a vulnerabilidade das mulheres e das diversidades que trabalham em contextos imbuídos de relações de poder desiguais, especialmente nos territórios rurais.

A autocensura também se intensifica quando os principais agressores são figuras masculinas do primeiro escalão, como o presidente, ministros e senadores. Um recorde perturbador veio em 2022, quando o presidente Rodrigo Chaves desclassificou uma jornalista em uma conferência de imprensa para evitar responder à sua pergunta, dizendo: “Que relógio bonito, quem lhe deu?” O ato abriu um precedente que permitiu a humilhação pública das mulheres jornalistas e, consequentemente, a autocensura como proteção.

Conclusões e recomendações

A situação na Costa Rica em 2024 confirma uma regressão democrática marcada pela institucionalização da violência contra o jornalismo, com o Estado a tornar-se o seu principal agressor e impulsionador da erosão das liberdades fundamentais. Restrições do acesso à informação, uso abusivo de recursos públicos no assédio financeiro, bem como discurso de ódio contra a imprensa por parte do presidente Rodrigo Chaves confirmam o controle político sobre a imprensa. A Costa Rica, anteriormente considerada uma referência regional para a liberdade de expressão, passa agora por um ponto crítico em que o silenciamento se torna uma política estatal.

Para o IPLEX, é urgente defender o jornalismo livre, crítico e independente como um pilar essencial da vida democrática. O instituto denuncia os discursos de ódio vindos de instituições públicas e servidores, instando o Estado a rever o quadro jurídico para garantir uma maior proteção da liberdade de expressão, além de estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e punição e fortalecer. O IPLEX prega, ainda, o letramento digital como uma ferramenta para combater a desinformação e os discursos estigmatizantes, e com isso aumentar a capacidade dos cidadãos de identificar e neutralizar as narrativas de ódio. Do mesmo modo, o instituto apela às organizações da sociedade civil para que reforcem a documentação da violência contra a imprensa, considerando a diversidade dos seus territórios e atores.

Capítulo 8. Cuba

DADOS GERAIS

Não houve alertas transversais baseados no sexo ou orientação sexual

Contexto e tendências

Em Cuba foram registrados 232 alertas em 2024, o que reflete uma redução de 53,2% ante os 496 alertas de 2023. O Instituto Cubano de Libertad de Expresión y Prensa (ICLEP) atribui o declínio ao êxodo forçado de jornalistas e comunicadores independentes, que deixaram o país devido à perseguição sistemática e ao colapso estrutural do jornalismo independente na ilha. Aqueles que permanecem, coexistem com medo e autocensura, enquanto os que optaram por emigrar deixaram o país em condições precárias e enfrentam dificuldades para sustentar seu trabalho a partir do exílio.

A repressão tornou-se uma estratégia estrutural de silenciamento. Em 99% dos alertas, os casos foram cometidos por atores estatais com a Segurança do Estado como principal braço repressivo (63,2%). Através de intimações, ameaças, detenções e atos de intimidação, o aparelho de segurança funciona como um instrumento de controle político. Soma-se a essa estrutura a Empresa de Telecomunicaciones de Cuba S.A (ETECSA), que perpetrou quase um terço dos alertas (28,4%) consolidando-se como um pilar no controle digital e no isolamento da informação. Ao mesmo tempo, os tribunais, a serviço do Poder Executivo, aplicam sanções e negam direitos processuais, transformando o sistema judicial numa ferramenta de repressão.

A persistência do encarceramento sem o devido processo legal continua a ser um mecanismo de perseguição que viola abertamente os direitos humanos fundamentais. O ICLEP registrou 67 detenções arbitrárias em 2024, muitas delas acompanhadas de ameaças e ataques físicos, além de dois casos de tortura e oito de processos civis e criminais, uma categoria sem registros em 2023. Pelo menos três jornalistas permanecem privados da sua liberdade e sem o devido processo legal: Carlos Michel Morales Rodríguez, Yeris Curvelo Aguilera e José Gabriel Berrenechea Chávez. Essas práticas violam não só o direito à liberdade de expressão, mas também o devido processo legal e a integridade física e psicológica das vítimas.

Um componente fundamental da censura é exercido no ambiente digital. Em 2024, foram documentadas 63 restrições à internet, 90% delas executadas pela ETECSA, o monopólio estatal das telecomunicações cubanas. O papel dessa empresa foi fundamental para a execução de interrupções seletivas de serviços, incluindo: bloqueios de meios de verificação digital, cortes de conexão de jornalistas em entrevistas internacionais, ataques cibernéticos contra comunicadores críticos e bloqueio de sites independentes e cyberbullying. Essas restrições não são aleatórias. O controle tecnológico não é acidental, mas planejado e intensificado em datas sensíveis como o dia 11 de julho (que, em 2021, registrou protestos em todo o país), para evitar a cobertura de protestos e preservar a hegemonia narrativa do Estado.

Com o jornalismo praticamente sufocado, surgiu um padrão alarmante: a expansão da repressão aos cidadãos, que hoje enfrentam sanções

O ICLEP registrou 67 detenções arbitrárias de trabalhadores da imprensa

criminais por postagens nas redes sociais. O ICLEP denuncia que pessoas sem ligações com os meios de comunicação também passaram a estar sujeitas a detenções, processos civis e criminais e sentenças de prisão por suas publicações digitais. O que antes era punível com multas agora pode levar a prisões e processos civis e criminais – um caso emblemático é o de Sulmina Martínez Pérez, acusada de desacato e crimes contra a ordem constitucional por causa de um post no Facebook, que a Procuradoria quer punir com 10 anos de prisão. Da mesma forma, a enfermeira Arony Yanko García Valdés foi condenada a um ano e meio de detenção por "desacato agravado", depois de compartilhar um meme. Esses são dois exemplos de como o regime criminaliza a expressão digital dos cidadãos. A mudança confirma que o Estado não mais só persegue jornalismo independente, como também cada manifestação crítica da população.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024 o ICLEP não reportou nenhum alerta de violência baseada no sexo ou na orientação sexual. No entanto, ele adverte que esta falta de registros não implica a ausência de riscos para as populações historicamente marginalizadas, mas a falta de visibilidade e documentação específica.

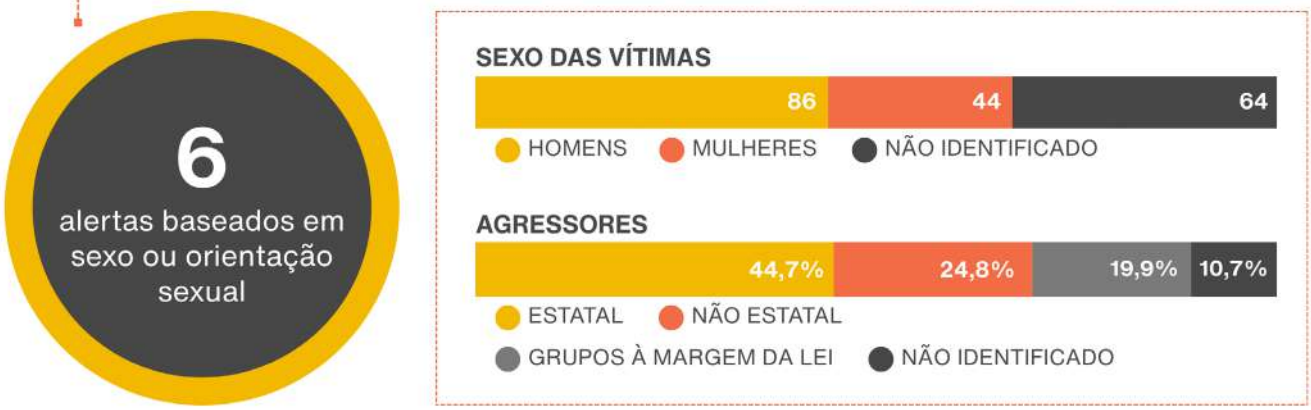
Conclusões e recomendações

A situação em Cuba mostra uma crise estrutural e sistemática nos domínios dos direitos humanos e da liberdade de imprensa, onde os dados e padrões registrados pelo ICLEP confirmam que a liberdade de expressão continua sujeita a perseguição, prisão e exílio. É uma tentativa não apenas de erradicar qualquer manifestação de jornalismo independente, mas também de criminalizar os cidadãos, consolidando uma política de silêncio absoluto. A repressão documentada em 2024 reflete a consolidação do aparato repressivo do Estado através das áreas de segurança, telecomunicações e justiça; o crescimento dos processos civis e criminais contra jornalistas e cidadãos, que institucionaliza a criminalização da dissidência; a expansão do controle digital, utilizando a internet como instrumento de censura e isolamento; e a extensão da repressão ao cidadão comum, o que amplia o âmbito da punição estatal e confirma o aprofundamento de um sistema destinado a sufocar qualquer voz crítica.

Perante esse cenário, o ICLEP incita urgentemente a comunidade internacional a aumentar a sua pressão diplomática e política para dar visibilidade e denunciar a grave situação de liberdade de imprensa e de expressão em Cuba. É imprescindível estabelecer mecanismos de proteção e garantir apoio jurídico e humanitário aos que foram forçados a se exilar em condições precárias. A defesa do direito à informação em Cuba não permite mais atrasos: exige uma resposta prioritária, coordenada e sustentada dos atores internacionais, das organizações de direitos humanos e dos meios de comunicação.

Capítulo 9. Equador

DADOS GERAIS



Contexto e tendências

Em 2024, o jornalismo no Equador foi exercido em um clima de alta vulnerabilidade, marcado pelo conluio entre o crime organizado e o Estado. A violência contra a imprensa persistiu por meio de ataques armados, assédio judicial e censura, concentrados em áreas estratégicas do país ligadas a centros de poder político e econômico, mas também estendida a outras regiões, evidenciando uma expansão territorial do risco para a liberdade de expressão. A Fundación Andina para la Observación y Estudio de Medios (Fundamedios) registrou 194 alertas, total 33,5% menor do que o de 2023. Agressões e ataques representaram 60,3% dos casos, confirmando a persistência de um ambiente hostil para o jornalismo apesar da redução dos alertas.

Grupos à margem da lei, como organizações criminosas ou terroristas, foram responsáveis por 19,9% de alertas documentados em 2024. Nesse ponto, a Fundamedios alertou sobre os "milhares de rostos do crime organizado contra a liberdade de expressão", aludindo à colaboração dos governos locais com grupos criminosos para extorquir e ameaçar jornalistas. Em 19 de janeiro, um grupo armado invadiu as instalações da *TC Televisión* e tomou os seus trabalhadores como reféns, apontando armas e ameaçando-os com granadas enquanto a transmissão ainda estava ao vivo. O ataque ocorreu no contexto de uma onda de violência generalizada que levou o presidente a declarar "conflito armado interno" e mobilizar as Forças Armadas. Como resultado desses acontecimentos, o jornalista José Luís Calderón, um dos rostos mais conhecidos do canal, foi exilado. O ataque marcou um ponto de inflexão na violência armada contra a imprensa e demonstrou o retrocesso das garantias de investigar, informar e acessar informação livre e pluralista.

Apesar da promulgação da Lei de Acesso à Informação Pública e da sua regulamentação, foram contabilizados 14 alertas de restrições ao acesso à informação, dos quais 92,9% perpetrados por atores estatais. Entre eles está o Presidente da República, que emitiu um decreto para a formação do Comitê Nacional de Cibersegurança, uma medida questionada por comprometer a proteção dos dados pessoais, a transparência no uso da informação, a prestação de contas e, em particular, o acesso à informação pública. A Fundamedios adverte que o governo de Daniel Noboa implementou uma política de silêncio e de opacidade, que dificulta o trabalho jornalístico e limita o direito dos cidadãos à informação.

Por outro lado, o uso do sistema judicial persistiu como uma ferramenta para processar jornalistas, com 15 processos civis e criminais, dos quais 10 foram iniciados por atores estatais. Essas ações jurídicas se tornaram instrumentos de pressão que contradizem os padrões internacionais de liberdade de expressão e têm o efeito de amedrontar a imprensa. Um caso paradigmático é o do empresário Xavier Jordán, que usou o sistema judicial para apresentar oito processos civis e criminais por danos morais contra os meios de comunicação social e contra jornalistas que investigaram a sua ligação com o crime organizado e a corrupção. O caso

Seis em cada dez alertas (60,3%) foram agressões e ataques

confirma o uso do sistema judicial, tanto por atores estatais como não estatais, para censurar, intimidar e desgastar o jornalismo investigativo.

Finalmente, o surgimento de novas formas de censura facilitadas por ferramentas tecnológicas intensificou-se em 2024. Jornalistas e meios de comunicação social foram alvo de campanhas sistemáticas de difamação e intimidação, realizadas através de estratégias de comunicação associadas a estruturas criminosas. Em novembro, a Mesa de Articulación para la Protección de Periodistas (MAPP) revelou o vazamento massivo e ilegal de alegadas conversas entre mais de 150 jornalistas e o ex-candidato presidencial Fernando Villavicencio, que foi assassinado em 9 de agosto de 2023. Trata-se de uma das maiores violações da privacidade dos jornalistas no país, usada para expor publicamente jornalistas de forma violenta e individualizada.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, foram documentados seis alertas transversais de violência baseada no sexo ou orientação sexual, entre os quais se identificaram ameaças, ataques à integridade física das mulheres jornalistas e agressões verbais. Em março, durante a cobertura do 8M (Dia da Mulher), uma comunicadora foi publicamente atacada com insultos sexistas. Também foram relatados ataques contra colunistas que escreveram sobre a consulta popular, e contra jornalistas que expressaram opiniões políticas nas redes sociais e foram alvo de comentários misóginos e desqualificações sexistas. Esses fatos mostram como a identidade de gênero continua a ser um fator de risco para a prática jornalística no Equador.

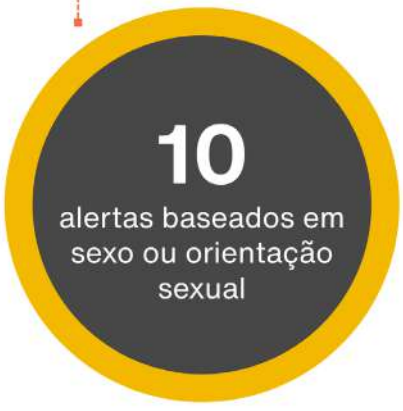
Conclusões e recomendações

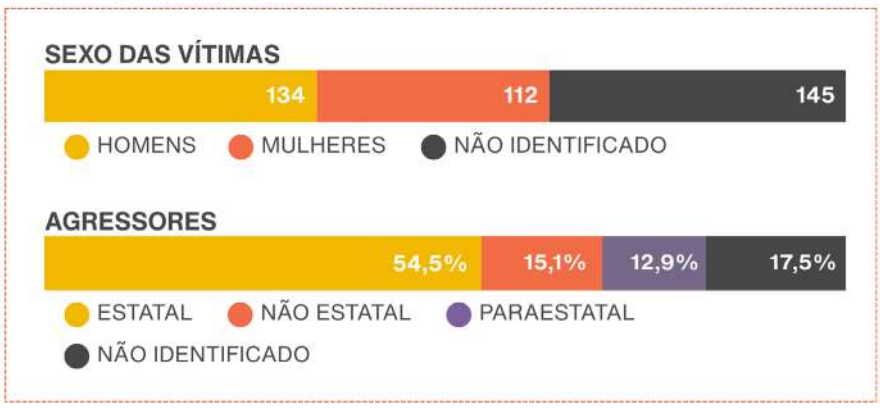
O Estado foi o maior perpetrador de ataques contra a imprensa no Equador durante 2024. Diante desse cenário, é necessário que o mecanismo de proteção e prevenção do trabalho jornalístico seja dotado de recursos para que seja operacional e eficaz. Por outro lado, embora o Equador tenha uma Lei Orgânica sobre Transparência e Acesso à Informação Pública, é urgente garantir a sua implementação, assegurando o acesso em tempo oportuno, completo e não discriminatório à informação do Estado. As represálias contra jornalistas também devem ser punidas, de acordo com os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade.

A Fundamedios apela à Promotoria e à Polícia Nacional para que ajam de forma diligente e eficaz contra ameaças, assédio e ataques contra jornalistas, garantindo investigações imparciais e sanções eficazes contra os agressores. A falta de respostas legais desencoraja as queixas e aprofunda a impunidade. Finalmente, é essencial rever a legislação existente para impedir o uso do sistema judicial como uma ferramenta para processar jornalistas. A tendência deve ser revertida com reformas legais e declarações judiciais que garantam a liberdade de expressão como um princípio orientador.

Capítulo 10. El Salvador

DADOS GERAIS





Contexto e tendências

Em 2024, El Salvador realizou eleições presidenciais e legislativas sob a continuação de um regime de exceção. A concentração do poder político, aliada a restrições prolongadas aos direitos fundamentais, condicionaram a vida democrática e a liberdade de expressão no país. Nesse contexto, o Centro de Monitoramento de Ataques contra Jornalistas da Asociación de Periodistas de El Salvador (APES) registrou 391 alertas, um aumento de 34,8% em relação a 2023. A alta se deveu à natureza eleitoral do ano passado, ao aumento das formas de violência digital e institucional (incluindo contra a APES) e ao aumento da confiança do setor jornalístico nos mecanismos de denúncia.

Como parte do monitoramento em curso ao abrigo da metodologia de Voces del Sur, a APES identificou os meses eleitorais de janeiro a março como um período de alto risco para o jornalismo no país. O trimestre concentrou quase metade do total de alertas em 2024 (48,8%). Nesse período, ocorreram a maior parte das restrições ao acesso à informação (88,4%), quase metade dos discursos estigmatizantes (45,5%) e um percentual próximo a isso de agressões e ataques (41,9%). Por sua vez, o monitoramento do período eleitoral permitiu identificar mais claramente a participação dos agressores paraestatais: foram registrados 43 casos envolvendo membros das juntas eleitorais, gestores das urnas e fiscais partidários.

O Estado manteve o seu papel de principal agressor contra a imprensa salvadorenha, responsável por 54,5% dos alertas registrados em 2024. Os atores estatais incluem o Poder Executivo, responsável por discursos estigmatizantes e restrições ao acesso à informação; o Legislativo, que promoveu reformas legais regressivas e a Polícia Civil Nacional e as Forças Armadas, na execução de detenções arbitrárias de jornalistas. Por fim, some-se a esse quadro a omissão sistemática do Gabinete do Procurador para a Defesa dos Direitos Humanos, que desde 2022 só abriu um número mínimo de casos e evitou se pronunciar publicamente sobre as violações.

Percebe-se também um efeito de contágio nos ataques de agentes públicos a jornalistas. Os discursos de autoridades do alto escalão são replicados a nível intermediário e operacional, onde soldados e agentes da polícia atuam como censores no espaço público. O padrão é reforçado sob o regime de exceção em vigor desde março de 2021, que suspende garantias constitucionais como a liberdade de reunião e o direito à defesa, e dá amplos poderes às forças de segurança. Nesse contexto, foram registradas apreensões de equipamento, ameaças de prisão e pressão para remover material impresso. Assim, foi limitada a capacidade da imprensa de cobrir fatos de interesse público, encorajando a autocensura e restringindo o acesso dos cidadãos à informação verificada. A APES contabilizou um aumento de 74% nas restrições à internet.

A perseguição judicial foi entrincheirada como uma prática sustentada de repressão. A APES registrou quatro processos civis e criminais

A APES registrou um aumento de 74% em restrições na internet

contra a imprensa. Um caso alarmante ocorreu em dezembro, quando a polícia invadiu de forma irregular a casa da jornalista Mónica Rodríguez e confiscou seu equipamento e material jornalístico. Até o fechamento desta publicação, as autoridades não explicaram as razões para abrir o processo, que segue sob sigilo. O caso reflete o uso deliberado do sistema judicial para violar direitos fundamentais e intimidar o jornalismo.

Trata-se de um território que se torna cada vez mais hostil à prática jornalístico. Em 2024 houve 87 alertas para restrições na internet, um aumento de 74% em relação a 2023. As formas mais comuns foram o assédio digital, as ameaças cibernéticas, os ataques e as restrições ao acesso a certos sites e redes sociais. Um caso que expõe esse padrão foi o do veículo *Redacción Regional*, que enfrentou 2.800 tentativas diárias de hacking depois de publicar uma investigação sobre a propriedade familiar do presidente Nayib Bukele.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, a APES contou 10 alertas de violência com base no sexo ou na orientação sexual. A associação aponta para um aumento sustentado da violência digital com conteúdo misógino destinado a jornalistas do sexo feminino. Um caso foi o de Carolina Amaya, diretora da revista *Mala Yerba*, uma das jornalistas mais atacadas nas redes sociais por seu trabalho profissional. Essa forma de agressão não só compromete a segurança das mulheres jornalistas, como também promove um clima de autocensura. Por essa razão, muitas optam por restringir a sua presença nas redes sociais numa tentativa de limitar os ataques.

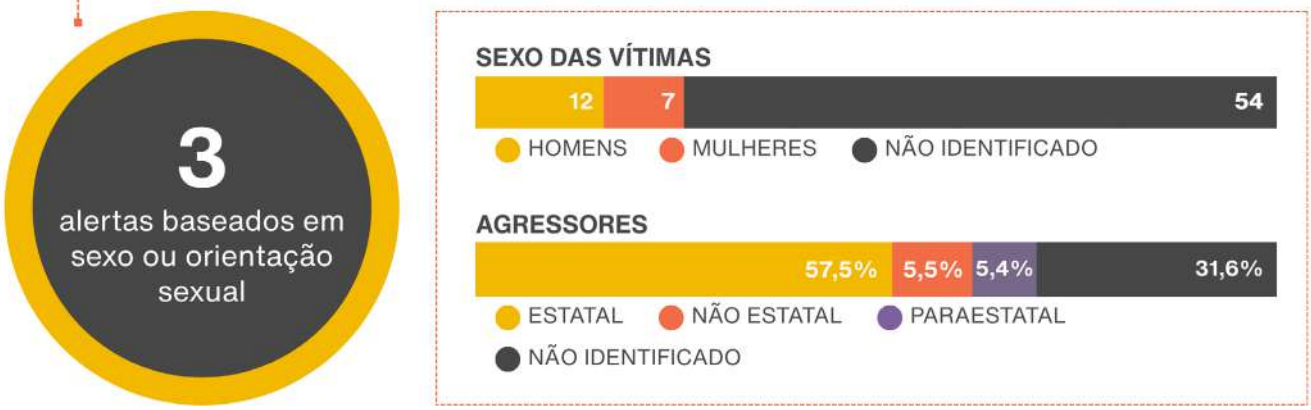
Conclusões e recomendações

Em 2024, El Salvador aprofundou um padrão sustentado de assédio, consolidando o Estado como o principal agressor do direito de informar e ser informado. Campanhas de descrédito, criminalização judicial, assédio digital e violência física confirmam um ambiente de crescente insegurança para jornalistas, comunicadores e meios de comunicação independentes. O regime de emergência consolidou-se como uma ferramenta para limitar o trabalho jornalístico, ampliando a impunidade e facilitando os ataques.

A APES alerta para o fortalecimento dos mecanismos de proteção dos jornalistas com recursos suficientes, protocolos claros e coordenação interinstitucional; reforma dos regulamentos para impedir a utilização do aparelho criminoso como instrumento de repressão; garantia do pleno acesso à informação pública; educação da Polícia Civil Nacional e das Forças Armadas em normas internacionais de liberdade de imprensa, proibindo expressamente práticas como a requisição de equipamentos e a eliminação de material de informação. Por fim, apela ao Gabinete do Procurador para que a Defesa dos Direitos Humanos documente violações e emita declarações públicas que permitam o acompanhamento dos seus cidadão.

Capítulo 11. Guatemala

DADOS GERAIS



Contexto e tendências

No último ano a Guatemala aprofundou as hostilidades à liberdade de expressão, com 73 alertas documentados pelo Instituto Centroamericano de Estudios para la Democracia Social (DEMOS). A instrumentalização do aparelho judicial continuou a ser um dos principais mecanismos de repressão contra a imprensa, com um sistema de justiça cooptado pelo chamado "pacto de corruptos", uma aliança entre elites políticas, empresariais e, em alguns casos, criminosas. Apesar da mudança de governo em dezembro de 2023, as estruturas herdadas do governo anterior e o poder centrado no Tribunal Constitucional e no Ministério Público resultam na persistência da criminalização do jornalismo, da autocensura, do exílio forçado e da desinformação digital.

De acordo com os registros da DEMOS, em 2024 os alertas aumentaram 58,7% em relação ao ano anterior. Agressões e ataques continuaram sendo a modalidade mais frequente, confirmando um padrão persistente de violência contra o jornalismo. A mudança mais notável foi o aumento exponencial das restrições ao acesso à informação, que quadruplicou de seis alertas em 2023 para 24 em 2024, consolidando-se como um dos principais obstáculos ao trabalho jornalístico. Em 2024 também surgiram, pela primeira vez, 2 alertas relacionados com o marco legal contrário aos padrões internacionais. Já os processos civis e criminais, por outro lado, foram reduzidos pela metade (de 11 para 5).

Os atores estatais foram responsáveis por 57,5% dos alertas, confirmando seu papel central na repressão contra a imprensa. Quase metade desses alertas (45,2%) foram gerados por restrições ao acesso à informação, na sua maioria executadas pela Secretaria de Assuntos Administrativos e de Segurança da Presidência (SAAS). Um caso acintoso ocorreu em 24 de maio em Quetzaltenango, quando a SAAS isolou dez jornalistas durante uma visita do presidente Bernardo Arévalo, impedindo a cobertura do evento oficial. Ao mesmo tempo, 40,5% dos alertas associados a atores estatais foram agressões e ataques, principalmente perpetrados por deputados. Um deles, Osvaldo Rosales Polanco (VIVA), atacou fisicamente e ameaçou matar um jornalista durante uma atividade oficial. Os fatos mostram como o Estado usa a opacidade institucional e a violência física para limitar o trabalho jornalístico.

Outra tendência que persiste é o assédio contra a imprensa comunitária, especialmente em territórios onde mineração, desmatamento, crime local ou corrupção por parte das autoridades municipais são investigados. Como exemplo, há o caso do jornalista Mario Paolo Monterroso, que, em 4 de fevereiro, denunciou uma tentativa de extorsão e ameaça de morte contra ele e sua família, depois de revelar a ação de dois supostos traficantes de droga na sua comunidade. A vulnerabilidade aumenta pela ausência de mecanismos de proteção diferenciados e de limitações estruturais relacionadas com a falta de recursos, visibilidade e acesso à justiça. Essa tendência revela que o jornalismo comunitário envolve um risco desproporcional e sistematicamente ignorado pelas políticas estatais.

As restrições ao acesso à informação quadruplicaram, de seis alertas em 2023 para 24 em 2024

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

O DEMOS contabilizou três alertas de violência com base em gênero ou orientação sexual na Guatemala durante 2024. Um dos casos mais notórios foi o da jornalista Ashley Monzón, da *TV Azteca*, que foi atacada nas redes sociais com comentários misóginos depois que o secretário de comunicações do presidente a tratou como uma trabalhadora de "netcenter" durante uma conferência de imprensa. Outro caso foi o de uma jornalista maia q'eqchi, Irma Tzi, que foi atacada fisicamente por um policial durante uma cobertura em Alta Verapaz. As agressões incentivam a autocensura, reduzem a participação das mulheres no debate público e restringem o acesso dos cidadãos a informações pluralistas e diversas, prejudicando diretamente o pleno exercício da liberdade de imprensa e de expressão na Guatemala.

Conclusões e recomendações

Em 2024, o assédio judicial e a criminalização da liberdade de expressão foram dirigidos principalmente por procuradores, juízes e magistrados ligados ao "pacto de corruptos", que operam seletivamente para intimidar o jornalismo crítico e desencorajar o escrutínio público. O uso abusivo do aparelho judicial consolidou um clima de intimidação que, para 2025, é agravado pelas eleições programadas para a Procuradoria, o Tribunal Constitucional e o Supremo Tribunal Eleitoral – ocasião em que essas redes corruptas buscarão manter o controle do aparelho judicial para continuar protegendo a impunidade até as eleições gerais de 2027.

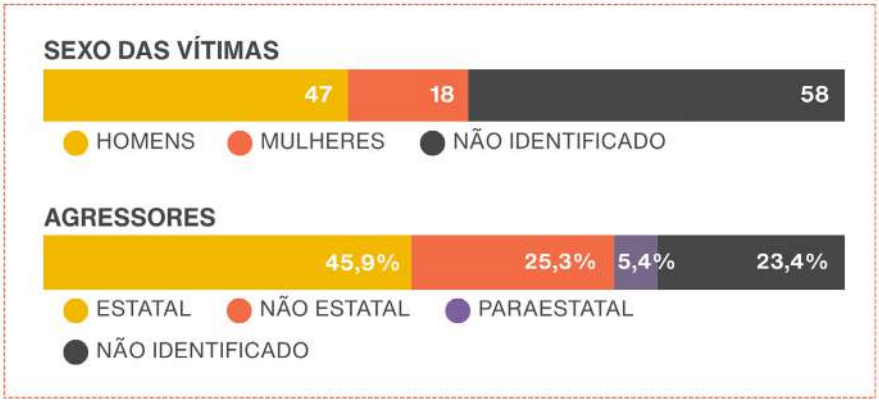
O DEMOS insta o Estado a encerrar os processos criminais infundados contra jornalistas. É urgente estabelecer um mecanismo de proteção abrangente para profissionais da imprensa e de meios de comunicação comunitários, acompanhado de recursos adequados, pessoal especializado e protocolos culturalmente e linguisticamente relevantes. Ao mesmo tempo, as disposições que criminalizam ou restringem o funcionamento das estações de rádio comunitárias devem ser reformadas, e interrompidas as apreensões, processos administrativos e recusas sistemáticas de licenças que hoje comprometem o reconhecimento legal e o acesso equitativo às frequências de rádio.

A independência judicial é um pré-requisito para inverter esse padrão repressivo. O governo deve se comprometer a cessar a perseguição arbitrária daqueles que denunciam a corrupção ou os abusos de poder, e assegurar que as instituições de justiça ajam de acordo com os princípios da legalidade, do devido processo legal e da proteção dos direitos humanos. O não cumprimento dessas garantias continuará alimentando a autocensura, o exílio forçado e o enfraquecimento estrutural do ecossistema de informação na Guatemala, com sérias consequências para a liberdade de imprensa e para a democracia.

Capítulo 12. Honduras

DADOS GERAIS

4
alertas baseados em sexo ou orientação sexual



Contexto e tendências

Em 2024, fazer jornalismo em Honduras custou vidas. O país continua a ser um dos territórios mais letais para a imprensa na América Latina. Sob o governo de Xiomara Castro, as instituições estatais não só foram incapazes de garantir uma proteção eficaz, mas também agiram como agressores diretos contra jornalistas e meios de comunicação. O cenário revela a intenção coordenada entre os aparelhos públicos e os poderes econômicos e políticos de silenciar o jornalismo crítico.

O assassinato de seis jornalistas foi a expressão mais extrema de violência contra a imprensa em Honduras em 2024, duplicando o número de mortes registradas em 2023. Quatro vítimas faziam reportagens sobre os conflitos ligados à defesa da terra, despejos forçados ou resistência a projetos extrativos. Entre eles estão Juan López e Marvin Dubón, líderes comunitários mortos no Vale do Aguán, uma das áreas mais violentas do país devido a disputas por recursos, tráfico de drogas e operações extrativas. Homens armados também assassinaram o jornalista Henry López, colaborador de Suyapa Medios em Tegucigalpa, o segundo trabalhador do mesmo veículo morto em dois anos. Luís Alonso Teruel foi executado por um grupo armado no seu veículo em Atima, Santa Bárbara; Erlin Asbiel Blandín Álvarez, em Juticalpa, Olancho e o cinegrafista da Choluvision Douglas Enrique Arce (Hijo), em Choluteca. Nenhum dos assassinatos foi esclarecido e, em todos os casos, o Estado tentou classificar as mortes como resultado de roubos ou acidentes. Essa narrativa oficial reforça a impunidade que cerca os crimes contra jornalistas em Honduras.

O Estado hondurenho aprofundou seu papel de principal agressor contra a imprensa em 2024, sendo responsável por 45,9% dos alertas registrados, uma percentagem que ultrapassa em muito os 35% reportados em 2023. O Poder Executivo exercia censura direta, reforçando um padrão de controle e vigilância. Um dos casos mais graves ocorreu com a Rádio Progresso, um dos meios de comunicação mais críticos do país, que tem enfrentado ataques sistemáticos nos últimos anos. Em setembro, a emissora foi censurada ao vivo e retirada do ar depois da pressão direta de cancelamento de contratos de publicidade se houvesse menção à presidente Xiomara Castro, ao marido dela, o ex-presidente Manuel Zelaya, ou ao governo em geral. As ações de extorsão executadas diretamente pela presidência representam uma ameaça à liberdade de imprensa e uma clara tentativa de desmantelar a imprensa livre.

Em 2024, as agressões representaram 47,2% dos alertas, com 68 casos. Também foram contabilizados oito processos civis e criminais contra jornalistas, muitos em retaliação por investigar corrupção, abusos de poder e violações de direitos humanos. Um exemplo é o de Gloria Marina Enamorado Melgar, defensora comunitária do Bajo Aguán, acusada de usurpação pela empresa agroindustrial Corporación Dinant. Ela foi privada de liberdade sem o devido processo legal ou possibilidade de comparecer perante um juiz. Essas práticas delineiam quais são as pautas perigosas para certos poderes e procuram silenciá-las.

C-Libre registrou o assassinato de seis jornalistas

Apesar do seu papel fundamental no monitoramento de violações da liberdade de imprensa, o C-Libre recebeu ataques em 2024. Depois de publicar seu relatório anual, a organização enfrentou uma campanha de estigmatização que ameaçava se intensificar no contexto eleitoral de novembro de 2025. Essas práticas são mantidas em Honduras graças a disposições legais que facilitam a criminalização da imprensa. O Código Penal permite o uso de crimes de honra para denunciar jornalistas, com sentenças de prisão desproporcionais e fatores agravantes, como a distribuição pelas redes sociais. O contexto expõe os jornalistas a um assédio permanente e revela a falta de segurança para realizar seu trabalho.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Durante 2024, foram registrados quatro alertas transversais relacionados com violência baseada no sexo ou na orientação sexual. Uma delas corresponde ao ataque físico contra a comunicadora Claudia Fortín, que foi agredida por policiais com spray de pimenta enquanto transmitia ao vivo um protesto em Choluteca para a Savia Radio. O ato afetou a sua saúde e interrompeu seu trabalho jornalístico. Outro exemplo desse tipo de violência foi o caso da jornalista Yamileth Flores, que foi vítima de muita violência. Ela foi violentamente agredida pela primeira vez depois de denunciar a falta de licença social nas instalações do Grande Terminal del Pacífico, também em Choluteca. Mais tarde, continuou a sofrer ameaças, vigilância em sua casa, intimidação policial e até mesmo o aviso de uma possível ação judicial por acusações de “gerar violência”, situações que os seus colegas que participaram da mesma cobertura não enfrentaram. Esses fatos demonstram a perseguição sofrida pelas mulheres jornalistas no exercício da profissão.

Conclusões e recomendações

O jornalismo é uma profissão de alto risco em Honduras, como mostram os assassinatos, sequestros, detenções arbitrárias e ataques sistemáticos contra jornalistas registrados em 2024. Tais ocorrências evidenciam, também, que o Estado age como o principal agressor da comunidade jornalística, com total impunidade. A autocensura, a repressão e a censura direta dos meios de comunicação críticos refletem um ambiente em que a comunicação de informações sobre conflitos sociais, territoriais, corrupção e abusos de poder pode ter consequências mortais. Mulheres jornalistas também enfrentam ataques sexistas, o que agrava a vulnerabilidade delas no exercício da profissão e expõe a fragilidade das garantias democráticas do país.

Face a esse cenário hostil, a C-Libre recomenda a criação de um protocolo específico para a investigação de assassinatos de jornalistas e o fortalecimento técnico e político do mecanismo de proteção e a descriminalização de crimes contra a honra, a fim de evitar seu uso como ferramenta de intimidação contra o trabalho jornalístico.

Capítulo 13. México

DADOS GERAIS

Contexto e tendências

O México registrou um caso de violência contra a imprensa a cada 14 horas em 2024. O cerco à profissão pelo tráfico de drogas, pelo crime organizado e pelo próprio Estado posicionaram o país novamente como um dos mais letais para a imprensa na região. No último ano do governo de López Obrador e nos dois primeiros meses do governo de Claudia Sheinbaum, o aparelho estatal realizou ataques diretos ao jornalismo por meio de discursos estigmatizantes, assédio judicial e restrições à informação de interesse público. Nesse cenário, a organização ARTICLE 19 México y Centroamérica (ARTICLE 19) registrou 639 alertas contra a liberdade de imprensa, um aumento de 13,9% em relação ao ano anterior.

O Estado se consolidou como o principal agressor contra a imprensa, acumulando 44,9% dos alertas. Funcionários públicos protagonizaram 68,3% dos casos, incluindo prefeitos e membros do judiciário, seguidos pelas forças civis de segurança (27,2%) e pelas Forças Armadas (4,5%). O padrão foi agravado por um crescimento sem precedentes no abuso do poder estatal, de 11 casos em 2023 para 82 em 2024, um aumento de 645,5%. O salto exponencial mostra uma violência institucionalizada contra a liberdade de imprensa no país.

Entre março e junho de 2024, o México viveu o processo eleitoral mais extenso e polarizado da sua história, com eleições federais, estaduais e municipais. Em apenas quatro meses, foram registrados 286 alertas, 44,8% do total anual. O uso abusivo do poder estatal foi o mais recorrente, representando nesse período 55,6% dos alertas anuais, seguido pelos discursos estigmatizantes, com 55,2% das ocorrências desse tipo em 2024. Além disso, esse quadrimestre marcado por embates registrou quase metade das restrições do acesso à informação (48,5%) e 39,3% dos ataques. A concentração de alertas num período tão curto confirma que as eleições no México atuam como um catalisador da violência contra a liberdade de expressão, revelando a vulnerabilidade estrutural do jornalismo em contextos eleitorais.

Cinco jornalistas foram mortos no México em 2024 – todos cobriam questões sensíveis como segurança, justiça, corrupção e política. Um dos casos mais emblemáticos foi o assassinato do jornalista Mauricio Cruz Solís, cometido por pessoas armadas não identificadas, em 29 de outubro, em Uruapan, após a cobertura ao vivo do processo eleitoral. Solís havia denunciado ter recebido ameaças de morte, repetidas vezes, mas isso não foi suficiente para salvá-lo. Os homicídios refletem o risco extremo de investigar questões de interesse público e confirmam que o jornalismo mexicano está preso na intersecção de interesses políticos, criminais e estatais.

Em 2024, investigar ou cobrir a corrupção e a política representaram mais de 60% do total de alertas. Por outro lado, a cobertura de segurança e justiça ficou em segundo lugar em termos de risco, com 105 alertas. Diante desse cenário, muitos jornalistas adotaram medidas de

A ARTICLE 19 registrou um aumento de 645,5% nos usos abusivos do poder estatal

autoproteção, como omitir a assinatura em publicações ou evitar abordar questões sensíveis. Um exemplo foi a tentativa de assassinato contra Ismael Flores, diretor do veículo digital *Franqueza Guanajuato*, que investigou desaparecimentos de crianças. A concentração de ataques ligados à cobertura da corrupção, da política e da segurança mostra a falta de garantias para a prática jornalística, fomentando um clima de autocensura.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

No México, 22 alertas para violência baseada em sexo ou orientação sexual foram documentados em 2024. A ARTICLE 19 observa com preocupação as ameaças digitais contra a integridade física e sexual de jornalistas mulheres e LGB, com o objetivo de silenciar o jornalismo. Um caso preocupante foi o da jornalista Yohali Reséndiz, que recebeu ameaças de violência sexual e morte em sua conta no WhatsApp depois de publicar investigações sobre corrupção no governo estadual de Morelos. Os ataques não buscam apenas silenciar quem faz as denúncias, mas também dissuadir outras mulheres jornalistas de investigarem questões sensíveis. A intensificação dos ataques nas redes sociais contribui para a instalação de uma verdadeira cultura do medo, que, nas palavras de Yohali, surge constantemente para derrubar as defesas que as jornalistas tiveram de construir.

Conclusões e recomendações

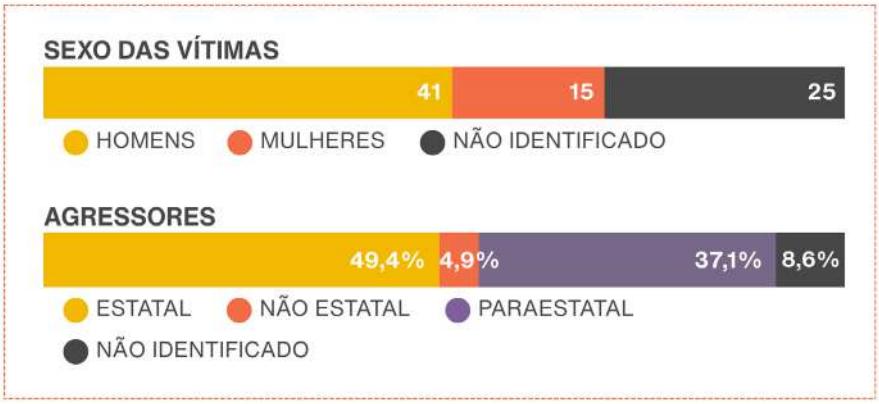
Em 2024, o México manteve a sua posição como um dos países mais letais do mundo para a imprensa, num contexto em que o Estado continua a ser o principal agressor e, ao mesmo tempo, um ator ausente contra a violência por parte de atores criminosos. O conluio persistente entre as autoridades e o crime organizado alimenta a violência estrutural que consolida um ciclo de impunidade e encoraja a repetição dos ataques. A falta de progresso substancial nas investigações e a ineficácia das políticas de proteção reforçam um ambiente hostil, onde a comunicação de corrupção, segurança e política representa um risco permanente para a vida e a integridade de jornalistas.

A ARTICLE 19 adverte que, para quebrar esse ciclo de violência e impunidade, é essencial que o Poder Judiciário deixe de agir como agressor através de processos civis e criminais abusivos e passe a aplicar normas internacionais de liberdade de expressão em suas resoluções. A organização apela às autoridades para que investiguem rapidamente e punam os perpetradores e mandantes dos crimes. Também reivindica a prevenção de novos assassinatos de jornalistas, com um plano que combine monitoramento precoce de ameaças, proteção física eficaz e repressão criminal abrangente. Sem um compromisso real de desmantelar a impunidade e de conter a violência letal, o direito da sociedade mexicana de se manter informada continuará a ser gravemente comprometido e a democracia continuará se enfraquecendo.

Capítulo 14. Nicarágua

DADOS GERAIS

Não houve alertas transversais baseados no sexo ou na orientação sexual



Contexto e tendências

Sob um regime ditatorial que já dura 17 anos, a liberdade de expressão e a imprensa na Nicarágua correm o risco de ser completamente desmantelados. As políticas repressivas sistemáticas do presidente Daniel Ortega e de sua esposa e copresidente Rosario Murillo mantiveram em 2024 um cenário de controle brutal que tem encurralado jornalistas e meios de comunicação. O quadro não é isolado, nem recente — responde a um padrão de repressão sustentada, caracterizado pelo uso sistemático de instituições, pelo controle territorial dos meios de comunicação, campanhas de difamação e exílio forçado para erradicar qualquer voz crítica.

A Fundación por la Libertad de Expresión y Democracia (FLED) contabilizou 81 alertas em 2024, dos quais 86,4% foram cometidos por atores estatais e paraestatais, consolidando o Estado nicaraguense como o principal aparelho de repressão contra a imprensa, tanto no interior do país como no exílio. Nesse contexto, foram documentados oito alertas sobre o abuso do poder estatal, com ações coordenadas por instituições como a Polícia Nacional, a Assembleia Nacional, a Direção Geral de Ingressos (DGI) e o Instituto de Segurança Social da Nicarágua (INSS). Os números não só confirmam a cooptação institucional do regime, mas também a eliminação de qualquer garantia efetiva para o exercício da liberdade de expressão e do jornalismo na Nicarágua.

O ano também foi marcado pela intensificação de campanhas de difamação e agressões verbais contra a imprensa crítica, incluindo jornalistas no exterior. Os discursos estigmatizantes aumentaram 72,2%, passando de 22 casos em 2023 para 38 em 2024. Atores estatais e paraestatais emitiram 70,3% desses discursos, consolidando-se como uma estratégia central para desacreditar o jornalismo crítico ao regime. Nesse contexto, o cronista Miguel Mendoza tornou-se um dos principais alvos da campanha de estigmatização, sendo repetidamente atacado publicamente por porta-vozes governistas como Enrique Quiñones, em retaliação às suas denúncias em plataformas digitais e redes sociais.

Por sua vez, o regime nicaraguense aprofundou a vigilância do ecossistema dos meios de comunicação, deixando mais de metade da população sem acesso à informação livre e plural. Hoje, 10 dos 17 departamentos da Nicarágua são “zonas de silêncio”, ou seja, territórios onde o jornalismo independente desapareceu completamente. Os poucos veículos que sobrevivem transmitem apenas conteúdos ditados por prefeitos ou cobrem apenas eventos, notícias internacionais e espetáculos. Ao mesmo tempo, Rosario Murillo usa diariamente as redes nacionais para impor uma pós-verdade alinhada com a narrativa oficial, manipulando a informação e promovendo ataques contra jornalistas, opositores e dissidentes, o que mostra uma total erosão da liberdade de expressão e da imprensa.

Além deste contexto, está a precariedade da profissão. A falta de recursos empobreceu as redações, reduzindo-as a equipamentos mínimos, com

Os discursos estigmatizantes aumentaram 72,2% em 2024

sobrecarga de trabalho, baixos salários e excesso de ocupação, o que, de acordo com investigações da FLED, levou 52 jornalistas a deixar o trabalho. Por sua vez, o clima de terror empurra para o exílio. Desde 2018, ameaças, processos civis e criminais arbitrários, confisco de bens e represália contra familiares empurraram 283 jornalistas para o exílio, 46 deles apenas em 2024. Da mesma forma, verificar e contrastar informações é cada vez mais difícil, pois muitas fontes retiram-se por medo e outras apenas concordam em falar anonimamente, o que enfraquece a credibilidade e o impacto dos meios de comunicação e aprofunda a perda de referências de informação no país.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024 não houve alertas relacionados à violência baseada no sexo ou em orientação sexual na Nicarágua. No entanto, a FLED adverte que os agressores, com um fardo misógino e discriminatório, atacam repetidamente mulheres jornalistas, com violência que inclui interferência na sua privacidade, referências às suas famílias e comentários degradantes sobre a sua aparência física e a condição econômica das suas famílias.

Conclusões e recomendações

Após 17 anos do regime de Ortega-Murillo, a liberdade de imprensa na Nicarágua enfrenta uma erosão sistemática e profunda. Ameaças, desaparecimentos, julgamentos arbitrários, confiscos de bens, exílio e vigilância permanente forçaram centenas de jornalistas a emigrar e expandiram as zonas de silêncio para mais da metade do país. Por outro lado, a precariedade, o medo e o controle mantêm o jornalismo encurralado, enquanto as pós-verdades baseadas no poder distorcem a informação e abala a confiança nos meios de comunicação críticos. Apesar desse contexto repressivo, a imprensa independente resiste dentro e fora do país defendendo a liberdade de imprensa e de expressão a partir de várias estratégias.

A FLED exige que o Estado nicaraguense respeite os direitos fundamentais, cesse a perseguição violenta contra jornalistas e libere todas as pessoas detidas por relatar ou expressar opiniões críticas. Mesmo que o regime se recuse a responder, manter tais exigências continua a ser indispensável para garantir a liberdade de imprensa e de expressão em todas as circunstâncias.

A comunidade internacional e os países da região são alertados para o risco de que práticas autoritárias observadas na Nicarágua sejam replicadas em países vizinhos. A experiência nicaraguense mostra que a erosão das liberdades e o fechamento de espaços democráticos podem atravessar fronteiras e minar ambientes considerados estáveis. Por essa razão, a denúncia e a solidariedade regional são essenciais para reduzir esse padrão e proteger o direito de todas as pessoas de se manterem informadas.

Capítulo 15. Paraguai

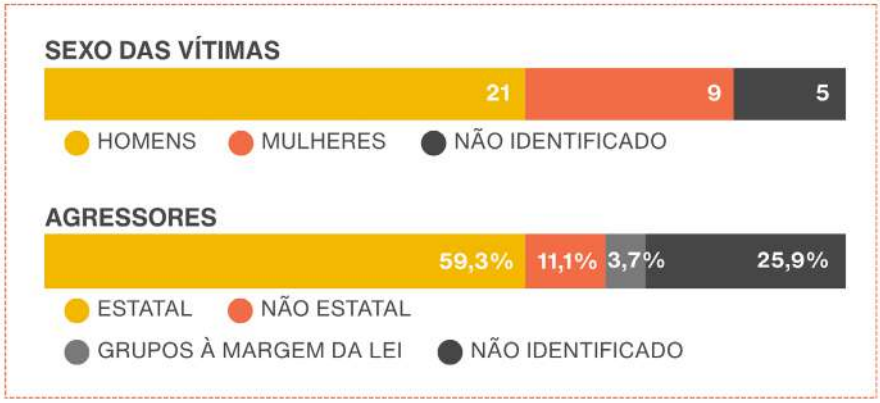
DADOS GERAIS

21 AGRESSÕES E ATAQUES

9 PROCESSOS CIVIS E CRIMINAIS

5 DISCURSOS ESTIGMATIZANTES

Não houve alertas transversais baseados no sexo ou na orientação sexual



Contexto e tendências

O Paraguai está vivendo um clima de tensão e de crescente vulnerabilidade para a liberdade de imprensa. Embora em 2024 os alertas tenham caído de 50 para 35 devido ao fato de não ter sido um ano eleitoral (período em que a pressão sobre a imprensa tende a se intensificar), quando comparados com os anos não eleitorais como 2022, confirma-se um aumento de 59,1% nos alertas. Os processos civis e criminais contra jornalistas foram consolidados como uma das principais formas de assédio; os atores estatais intensificaram seu papel nas violações; e o presidente Santiago Peña liderou uma campanha de estigmatização contra o jornalismo.

O IDEA adverte que em 2024 houve um aumento preocupante no uso do sistema judicial para censurar a imprensa. Foram abertos nove processos civis e criminais contra jornalistas, um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Entre os casos mais graves estão os processos civis e criminais iniciados através da aplicação distorcida da Lei 5.777, originalmente concebida para proteger as mulheres da violência, mas oportunamente usada para obstruir as investigações jornalísticas envolvendo as mulheres no poder. A senadora Norma Aquino recorreu à lei para interromper a divulgação de informações sobre a sua gestão, além de anunciar a sua intenção de pressionar por um projeto de lei que imponha controles aos jornalistas e aos meios de comunicação. Da mesma forma, a senadora Lilian Samaniego obteve, a partir de uma queixa apresentada segundo a mesma lei, uma medida de precaução que impede os jornalistas de a mencionarem. Essas práticas transformam uma ferramenta de proteção num instrumento de silenciamento do jornalismo.

Atores estatais foram responsáveis por 59,3% dos alertas registrados em 2024, consolidando seu papel como principais agressores da imprensa. A tendência, que começou com 30% em 2022 e subiu para 42% em 2023, mostra uma escalada sustentada da repressão estatal contra o jornalismo. Um episódio foi protagonizado pelo deputado Yamil Esgaib, que durante uma cobertura arrebatou o microfone de duas jornalistas e feriu uma delas. O incidente foi denunciado criminalmente, o que mostra que não foi um incidente menor. A violência exercida pelo poder afeta diretamente o trabalho jornalístico e contribui para um clima cada vez mais entrincheirado de hostilidade contra os meios de comunicação.

Em sintonia, houve cinco discursos estigmatizantes contra a imprensa durante o ano, todos emitidos por atores estatais. O presidente Santiago Peña liderou a estigmatização do jornalismo com declarações públicas acusando os meios de comunicação de agir por interesses econômicos e de se aliar à oposição. Um presidente com o peso político e a capacidade de influenciar a percepção dos cidadãos que emite esse tipo de acusação certamente abala o prestígio dos meios de comunicação. Deputados e senadores replicaram essas declarações, reforçando uma narrativa destinada a desacreditar o trabalho jornalístico.

O IDEA registrou um aumento de 50% nos processos civis e criminais contra a imprensa

Essas formas de violência contra a imprensa ocorreram em paralelo a importantes instâncias legais que afetaram diretamente o jornalismo, especialmente o de ação independente. A Lei de Regulamentação das ONGs e a Comissão Bicameral de Investigação operaram sob o pretexto de supervisão e regulação financeira, mas, na prática, procuraram deslegitimar a atividade jornalística, vinculando — de forma infundada — os meios independentes com financiamento internacional à sua crítica ao governo e, consequentemente, à oposição política. Essas ações aparentemente de baixa intensidade podem minar a autonomia editorial dos meios de comunicação e enfraquecer suas estratégias de sustentabilidade, consolidando uma perseguição disfarçada contra o jornalismo no Paraguai.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Embora o Paraguai não tenha contabilizado alertas específicos de violência baseada em sexo ou orientação sexual durante 2024, o IDEA aponta para um aumento de casos em que figuras públicas, como o deputado Yamil Esgaib, usam linguagem misógina e sexista contra mulheres comunicadoras. Essas ações contribuem para a estigmatização e questionamento do trabalho jornalístico realizado por mulheres e outros grupos minoritários nos meios de comunicação.

Conclusões e recomendações

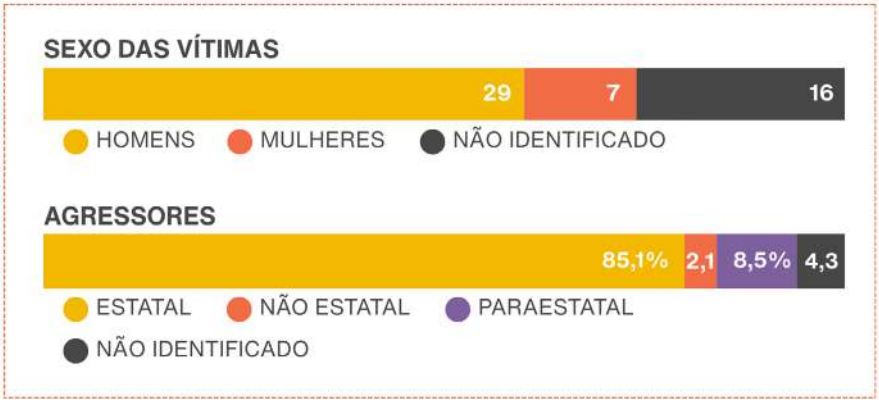
Em 2024, a imprensa no Paraguai enfrentou tensões e várias formas de silenciamento, especialmente através de processos civis e criminais usados como ferramentas de perseguição, nos quais os atores estatais desempenharam um papel central. Os discursos estigmatizantes em relação aos jornalistas, particularmente os emitidos pelo presidente, geraram um contexto de deslegitimação social que impacta diretamente o trabalho da imprensa. Os mecanismos legais funcionaram de maneira eficaz quando se tratava de minar a autonomia editorial e a sustentabilidade dos meios de comunicação, e de imputar aos meios de comunicação independentes a suspeita de serem financiados para fazer oposição política. Trata-se da construção de um ambiente hostil que limita significativamente o exercício do jornalismo e põe em risco a liberdade de expressão no Paraguai.

O IDEA apela às autoridades judiciais para que investiguem casos de violência contra jornalistas de forma rápida e transparente, apliquem sanções proporcionais e evitem discursos que ameacem a sua segurança. O instituto defende uma revisão da Lei das ONGs e da Comissão Bicameral para impedir a perseguição, suspender iniciativas que deslegitimam meios de comunicação independentes e aplicar a Lei 5.777 de acordo com as normas internacionais, sem usá-las para censurar jornalistas e, sim, de maneira a proteger as mulheres. A sociedade e os meios de comunicação social são encorajados a liderar campanhas que reforçam o papel do jornalismo e combatem os discursos estigmatizantes.

Capítulo 16. Peru

DADOS GERAIS

Não houve alertas transversais baseados no sexo ou na orientação sexual



Contexto e tendências

Em 2024, o jornalismo no Peru enfrentou um contexto marcado por projetos legislativos que ameaçam a liberdade de imprensa e promovem a autocensura, o desgaste profissional e a naturalização do risco como parte do trabalho. Nesse ano, o Instituto Prensa y Sociedade (IPYS) registrou 52 alertas, com um aumento nos discursos estigmatizantes, processos civis e criminais e restrições ao acesso à informação pública.

Os discursos estigmatizantes contra o jornalismo aumentaram cinco vezes em comparação com o ano anterior, de um alerta em 2023 para cinco em 2024. O então prefeito de Lima, Rafael López Aliaga, posicionou-se como um dos principais promotores desta narrativa contra o jornalismo, ao qualificar meios de comunicação – como "imprensa caviar" ou "imprensa corrupta", na tentativa de corroer a sua credibilidade – estratégia que foi replicada pelos defensores do Poder Executivo. Ao mesmo tempo, as restrições ao acesso à informação aumentaram exponencialmente, passando de um alerta em 2023 para sete em 2024, consolidando um padrão de opacidade institucional. Um caso ocorreu quando o presidente do Congresso, Alejandro Soto, proibiu a imprensa de entrar na sessão da comissão permanente. Arbitrária e deliberada, essa decisão demonstra o uso sistemático do poder para limitar o acesso a informações de alto interesse público.

Além disso, ocorreram seis alertas relacionados a enquadramentos legais contrários aos padrões internacionais, que procuram reforçar as sanções e expandir o controle do Estado sobre o jornalismo. São iniciativas que aprofundam um quadro regulamentar sufocante para os jornalistas e fazem parte do avanço das chamadas "leis da mordaça", promovidas desde 2021 e aprovadas pelo Congresso com o apoio de bancadas como o Perú Libre e o Bloque Magisterial. Entre as propostas mais controversas apresentadas em 2024 estão o aumento das sanções por difamação e insulto (de quatro para seis anos, com prisão efetiva), assim como a certificação obrigatória e a formação dos jornalistas, medidas que dificultariam a prática profissional e colocariam em risco a independência editorial, a ética jornalística e o jornalismo de investigação.

Nesse contexto, o aparelho judicial consolidou-se como um instrumento de assédio contra a imprensa, duplicando os alertas registrados em 2023, com um total de 14 processos civis e criminais contra jornalistas. A maior parte dessas causas permanece estagnada, evidenciando uma estratégia de censura por desgaste: busca-se sufocar as vítimas até silenciá-las, por meio dos altíssimos custos econômicos, psicológicos e morais para sustentar esses processos. Um caso emblemático é o de Paola Ugaz, que enfrentou pelo menos sete processos civis e criminais simultâneos por investigar casos de abuso cometidos pela sociedade Sodalicio de Vida Cristiana. Ela também foi alvo de campanhas de comunicação difamatórias e teve o sigilo profissional violado. O caso expõe claramente o desequilíbrio de poder ao se investigar questões que tornam o poder desconfortável: uma jornalista em frente a uma rede política, judicial e de comunicação, que procura esgotá-la emocional e economicamente para silenciá-la.

Os discursos estigmatizantes aumentaram cinco vezes em comparação com 2023

Os atores estatais consolidaram seu papel de principais agressores, responsáveis por 85,1% do total de alertas em 2024, o que representa um aumento de 23,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Foram casos de restrições ao acesso à informação, de uso abusivo do poder estatal, de processos civis e criminais contra jornalistas e de projetos de lei que procuram reforçar as sanções. Por sua vez, os atores estatais perpetraram 62,5% das agressões e ataques. Entre eles está o ministro do Interior, Juan José Santivañez, que ameaçou "controlar" jornalistas críticos.

Lima concentrou 75% dos alertas, não só por causa da sua densidade populacional, mas, como nota o IPYS, pela provável subnotificação de casos em outras cidades, onde a autocensura e o medo de denunciar escondem a real magnitude da violência contra o jornalismo. A cobertura da corrupção ou do crime organizado ligado à mineração ilegal ou ao tráfico de drogas representa um risco direto para a integridade dos jornalistas e reforça os desertos da informação sobre a liberdade de expressão e a imprensa no país.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Não foram relatados casos de violência baseada no sexo ou na orientação sexual no Peru em 2024. No entanto, um relatório do IPYS mostrou que as jornalistas mulheres enfrentam formas diferenciadas de violência, especialmente quando investigam o poder e a corrupção. Elas viraram alvos de ataques e ameaças sexistas, tanto físicos como digitais. Os ataques, que até há pouco tempo não eram registrados com tanta intensidade, incluem comentários degradantes sobre a aparência física, moralização do seu papel de mães e ameaças explícitas de violência sexual, tais como: "te vamos a violar" ('vamos te estuprar'). O padrão claramente sexista procura desmoralizar e deslegitimar o trabalho das mulheres jornalistas.

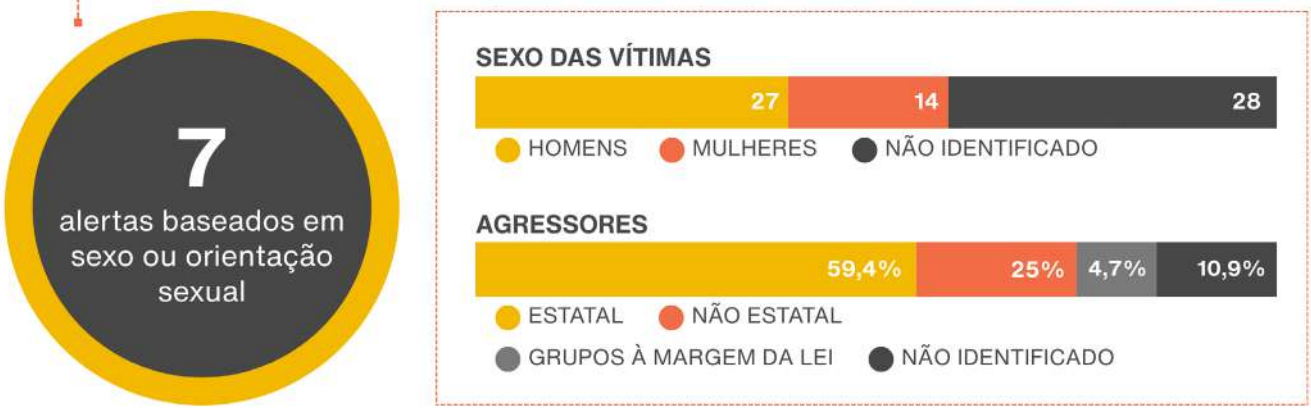
Conclusões e recomendações

Em 2024, o jornalismo no Peru esteve em um ambiente adverso e sufocante, no qual o aparelho estatal se consolidou como o principal agressor, promovendo leis da mordaça, processos civis e criminais e restrições ao acesso à informação para silenciar o jornalismo crítico. A concentração de ataques em Lima reflete uma subnotificação preocupante noutras regiões, que têm lacunas de informação associadas à autocensura. A desigualdade de poder enfrentada por jornalistas levados a julgamento promove o silenciamento, particularmente contra mulheres jornalistas. O IPYS alerta que essas tendências podem se intensificar nas eleições de 2026.

Perante esse contexto violento, o IPYS incita o Estado peruano a ativar urgentemente o mecanismo de proteção dos jornalistas e a garantir o seu funcionamento. Considera também urgente que as forças políticas rejeitem leis restritivas que limitam a liberdade de imprensa, de forma a garantir condições livres e seguras para o jornalismo em todo o país.

Capítulo 17. Uruguai

DADOS GERAIS



Contexto e tendências

Historicamente uma referência em liberdade de imprensa na região, o Uruguai registra atualmente uma série de agressões ao exercício jornalístico. Em 2024, foi o terceiro país da região com a maior participação do Estado na violência contra os meios de comunicação. Além disso, houve 69 alertas para restrições à liberdade de expressão, um aumento de 15% em comparação com os 60 documentados em 2023, confirmando a continuidade de uma tendência ascendente. O aumento geral de alertas durante o último ano do governo de Lacalle Pou revela uma institucionalização das formas de dificultação, evidenciada pelo crescimento das restrições ao acesso à informação e à internet.

O Estado continuou a ser o principal agressor da imprensa uruguaia, concentrando 59,4% dos alertas em 2024, um número que confirma a centralidade dos órgãos públicos como fonte de violações. Entre os atores estão senadores, ministros, membros do Poder Legislativo e servidores do Poder Executivo, evidenciando a antipatia ao jornalismo em todo o aparato do governo. O Centro de Archivos y Acceso a la Información (Cainfo) registrou quatro alertas de uso abusivo do poder estatal e cinco em enquadramentos contrários às normas internacionais. O contexto foi marcado pela aprovação de uma nova Lei sobre Serviços de Comunicação Audiovisual, questionada por organizações nacionais e internacionais por favorecer a concentração e estrangeirização da propriedade dos meios de comunicação, restringindo a participação dos cidadãos e enfraquecendo as garantias institucionais.

Restrições do acesso à informação pública contabilizaram o maior crescimento entre todos os indicadores em 2024, um aumento de 26,7% em relação ao ano anterior, passando de 15 para 19 alertas. O caso mais relevante foi a resolução da procuradora-geral interina, Mónica Ferrero, que limitou o acesso a processos civis e criminais de interesse público, como o do antigo chefe do governo departamental de Soriano, Guillermo Besozzi. A medida inverteu uma prática de transparência na Procuradoria, dificultou diretamente o trabalho jornalístico e reduziu o controle democrático sobre a gestão pública.

Os discursos estigmatizantes foram a segunda maior categoria em 2024, com um aumento de 13,3%. Atores políticos e funcionários públicos participaram em seis deles, principalmente através das redes sociais e dos meios de comunicação. Um caso emblemático foi liderado pela senadora do Partido Nacional Graciela Bianchi, que proferiu ataques e ameaças públicas contra jornalistas e meios de comunicação, questionando investigações e acusando-os de operar politicamente contra o governo. Além disso, mulheres jornalistas sofreram com discursos sexistas estigmatizantes, desqualificações pessoais, acusações ideológicas e ataques misóginos.

Em reação a essa realidade e com o apoio da UNESCO, o CAInfo, membro local da rede Voces del Sur, promoveu em 2024 a abertura de

As restrições do acesso à informação pública registraram um aumento de 26,7% em relação a 2023

uma clínica jurídica especializada no acesso à informação pública, a fim de aconselhar jornalistas que utilizam essa ferramenta para o trabalho de investigação. Além de tentar fortalecer o jornalismo, a iniciativa busca também ampliar as garantias de acesso à informação pública. Isso inclui aconselhamento jurídico para apresentar queixas à Unidad de Acceso a la Información Pública (UAIP) e a promoção de ações legais quando as respostas das agências são incompletas ou inexistentes. Houve intervenção em casos como o da Intendencia de Colonia, que teve de fornecer informações sobre uma investigação administrativa por decisão judicial, e o do Ministerio de Salud Pública, que se comprometeu a preencher os dados solicitados sobre inspeções antitabaco na sequência de uma ação de acesso promovida com seu apoio.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024 foram identificados sete alertas transversais de violência baseada no sexo ou na orientação sexual no Uruguai, incluindo discursos estigmatizantes (5), violência sexual (1) e agressão física (1). A maior parte desses alertas foi dirigida contra mulheres jornalistas que investigavam corrupção, direitos humanos ou memória recente. Um dos eventos mais notórios foi o da jornalista Iliana da Silva, que foi alvo de ataques sexistas nas redes sociais depois de fazer reportagem sobre os desaparecidos durante a última ditadura no Uruguai. Trata-se de uma dimensão específica de risco para as mulheres no jornalismo, na qual o sexismo funciona como um mecanismo de descrédito e silenciamento.

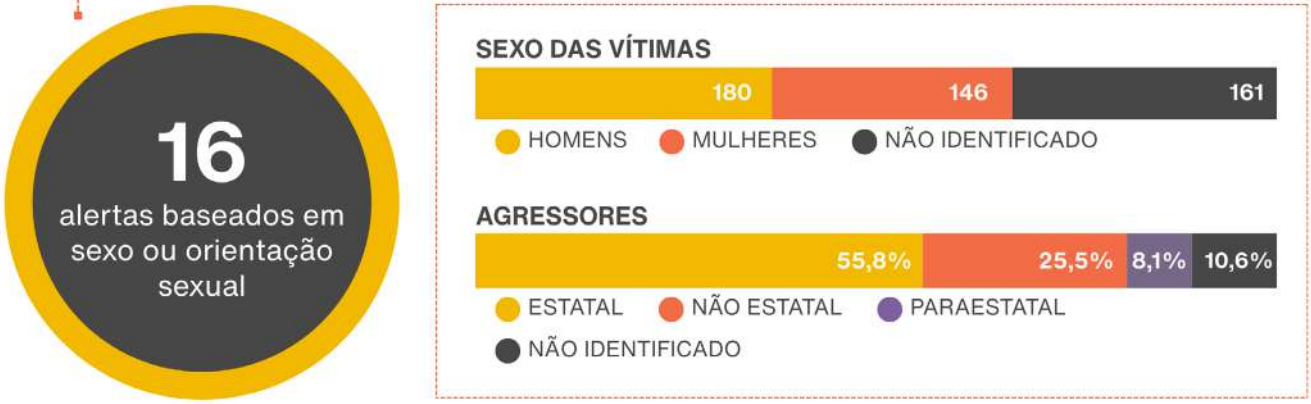
Conclusões e recomendações

A análise do contexto uruguaio revela uma preocupação crescente com a deterioração das condições normativas e institucionais que garantem o exercício da liberdade de expressão e do direito à informação. A nova Lei dos Meios de Comunicação, os obstáculos ao acesso à informação pública e o aumento dos ataques estigmatizantes a jornalistas, muitos deles praticados por atores políticos, comprometem os encargos internacionais assumidos pelo Estado.

Perante essa situação, aconselha-se a imprensa a rejeitar a naturalização dos discursos estigmatizantes utilizando os canais de denúncia existentes, especialmente quando provêm de figuras públicas. Também são encorajados a fortalecer as suas capacidades com a atualização contínua das normas internacionais e dos princípios de autorregulação ética. O CAInfo apela às autoridades para que revejam o atual quadro regulamentar, em particular a Lei dos Meios de Comunicação, e tomem uma posição firme sobre os ataques. Por fim, é necessário garantir um acesso efetivo à informação pública e reforçar mecanismos de assistência jurídica especializada, como os promovidos pelo CAInfo. Tais medidas, juntamente com uma clara vontade política de refrear os contratempos, são essenciais para preservar e fortalecer a liberdade de expressão e o direito à informação no Uruguai.

Capítulo 18. Venezuela

DADOS GERAIS



Contexto e tendências

A Venezuela registrou 487 alertas de repressão à imprensa em 2024, confirmando a persistência de um elevado nível de agressão contra a liberdade de expressão. No âmbito das eleições presidenciais de 28 de julho e da crise pós-eleitoral que se seguiu, foram documentadas detenções arbitrárias, bloqueio de portais independentes, represálias diretas contra jornalistas, exclusão de vozes da oposição nos meios de comunicação social e um clima marcado pela autocensura, configurando um cenário de silenciamento sistemático.

A deterioração da democracia no país resultou em 10 detenções arbitrárias e um desaparecimento forçado. Entre os casos estão as detenções de Carlos Julio Rojas, jornalista preso pelo Serviço Nacional de Inteligência Bolivariano, e de Ana Carolina Guaita, jornalista do portal La Patilla, que foi presa por seus laços familiares com líderes da oposição. Ao mesmo tempo, 22 trabalhadores da imprensa foram deslocados à força, e houve 16 casos de abuso pelo poder estatal, como a inspeção forçada de celulares, o confisco de câmeras e a vigilância de redes sociais para identificar fontes. As ações guiadas pelo regime respondem a uma estratégia sustentada de intimidação e punição para aqueles que exercem seu direito de passar informações ou defender as liberdades fundamentais.

Atores estatais foram responsáveis por mais de metade dos alertas (55,8%), incluindo membros das forças de segurança, funcionários do Plan República, autoridades judiciais e membros do regime, incluindo o ditador Maduro. Grupos paraestatais concentraram 8,1% dos alertas, com a participação de militantes e apoiadores do governo. Houve também a ação de atores não estatais (25,5%), como os meios de comunicação alinhados ao partido dominante, e indivíduos que replicam o discurso estigmatizante nas redes sociais. Essa convergência de atores molda um ambiente complexo e arriscado para o jornalismo e revela a ausência de garantias eficazes de proteção para o trabalho jornalístico na Venezuela.

Tal como as agressões e ataques, os discursos estigmatizantes (142) concentraram-se nos meses eleitorais, quando os líderes políticos recorreram à desqualificação pública dos veículos da imprensa e dos jornalistas como parte da estratégia de assédio em torno das eleições. Num ato de campanha pela TV, Nicolás Maduro atacou publicamente a agência de notícias *EFE*, o jornal *El País*, da Espanha, e a *CNN* en Español, que ele descreveu como “imitadores comunicacionais de farsa e mentira”. Emitidos a partir do mais alto nível de poder político, esses discursos reforçaram o clima de hostilidade em relação à imprensa e normalizaram a deslegitimação do jornalismo crítico.

O ambiente digital também se tornou um espaço arriscado para o jornalismo, com 47 restrições à internet que incluíam ataques cibernéticos, vigilância de conteúdo e bloqueio de portais de notícias, como aconteceu com o IPYS. Como medida de proteção, muitos jornalistas escolheram deixar de assinar seus textos e algumas redações implementaram

O IPYS registrou 47 restrições online

inovações tecnológicas para proteger a integridade dos comunicadores, como o uso da inteligência artificial para criar avatares digitais como “La Chama” e “El Pana”. A estratégia de resguardo obteve reconhecimento internacional com o Prémio Rei de Espanha.

Como consequência desse cenário, a deterioração do ecossistema da informação na Venezuela aprofundou-se com a expansão dos desertos de informação, áreas onde comunidades inteiras ficaram com acesso restrito a informações plurais e confiáveis, na ausência de jornalismo independente. Os alertas ocorreram principalmente em Bolívar (42), Distrito Federal (26), Cojedes (20), Miranda (16), Nueva Esparta e Carabobo (14). O medo e a subnotificação passaram a fazer parte da rotina diária dos meios de comunicação. Embora não haja um registro oficial de censura prévia ou listas negras, o impacto dessas práticas é evidente na cobertura cada vez mais limitada e controlada da informação.

Violência baseada no sexo ou orientação sexual

Em 2024, houve 16 vítimas de violência baseada no sexo ou na orientação sexual na Venezuela, incluindo ataques verbais, perseguições que levaram ao exílio e ações invasivas contra a vida íntima da diretora de um veículo informativo. Em 9 de março, líderes e apoiadores do partido Un Nuevo Tiempo (UNT) atacaram Alejandro Hernández, diretor da mídia digital *La Gran Aldea*, com termos feminizados, por ele ter publicado uma análise crítica das manobras políticas no contexto eleitoral. Essas violências por preconceito buscam excluir jornalistas do debate público, enfraquecendo ainda mais a liberdade de expressão em contextos autoritários.

Conclusões e recomendações

Longe de melhorar, as condições para a prática jornalística na Venezuela pioraram, consolidando um cenário de repressão, exílio forçado, criminalização, vigilância digital e silenciamento que viola diretamente o direito à informação e a liberdade de expressão. O medo paralisa, impõe silêncio ou empurra ao exílio. O jornalismo funciona sob um esquema de censura estrutural, institucionalizado e sustentado por mais de duas décadas, tornando a Venezuela um dos países mais restritivos e opacos da região.

Para enfrentar a grave situação, devem ser priorizadas estratégias de financiamento flexíveis para evitar a expansão dos “desertos de informação”. É essencial proteger os jornalistas por meio de assistência jurídica, apoio psicossocial e formação em proteção digital. Há uma necessidade urgente de fortalecer redes alternativas de divulgação de informações, promovendo plataformas espelhadas, boletins de mensagens móveis e repositórios abertos de dados públicos. O IPYS-Venezuela apela a uma ação conjunta para apoiar espaços de denúncia e construir estratégias de proteção coletiva. Assegurar que o jornalismo continue na Venezuela é, em última análise, uma condição indispensável para qualquer aspiração à democracia e à restituição de direitos.

Conclusões e recomendações

Em 2024, o jornalismo na América Latina enfrentou um dos seus cenários mais hostis em décadas. A imprensa independente experimentou uma combinação letal de repressão estatal, violência criminosa e colapso de garantias institucionais. A liberdade de imprensa é um direito cada vez menos protegido e cada vez mais uma atividade de alto risco e de crescente perseguição em vastas áreas da região. Persistiram ataques físicos, criminalização, estigmatização e censura. Governos autoritários e democracias retrógradas usaram estratégias coordenadas para silenciar jornalistas e meios de comunicação, enquanto grupos armados e redes criminosas fortaleceram seu controle territorial por meio de ameaças, mortes e deslocamento forçado. A impunidade sustentou esse estado de assédio. Não só o jornalismo foi prejudicado, mas também as populações foram privadas do direito fundamental à informação e à liberdade de expressão.

Os Estados consolidaram seu papel de grandes agressores, combinando mecanismos administrativos e judiciais para intimidar a imprensa, além de contar com a força das agências de segurança. Grupos armados e atores políticos não estatais também intensificaram seus ataques, especialmente em áreas com fraca presença estatal, como o sul da Colômbia, a fronteira norte do México ou as regiões rurais de Honduras. As consequências foram o deslocamento forçado, a autocensura e muitas lacunas de informação. Os meios de comunicação comunitários e indígenas em países como a Guatemala e a Bolívia continuaram a ser hostilizados, enfrentando restrições legais que limitam o pluralismo dos meios de comunicação. Em contextos autoritários como Cuba, Nicarágua e Venezuela, o aparelho estatal exerceu um controle absoluto sobre a informação, perseguiu jornalistas a ponto de forçá-los ao exílio e criminalizou até cidadãos que compartilhavam informações de interesse público nas suas redes sociais. Em países formalmente democráticos como o Paraguai, El Salvador e Guatemala, expandiram-se práticas sofisticadas de censura, com uso abusivo do judiciário, bloqueios de notícias, campanhas de descrédito e assédio digital contra jornalistas. Na Colômbia e no México, a combinação de violência letal com ameaças de grupos armados e do crime organizado, juntamente com a estigmatização de setores oficiais, confirmou o alto risco de investigar a corrupção, o crime ou os abusos de poder.

A esse panorama acrescentou-se o espaço digital como um novo cenário para o assédio dos jornalistas, onde a violência cresceu de forma constante. Novos agressores emergiram nesse ambiente virtual, estimulados pela violência retórica exercida pelos Estados. O resultado foi a massificação

do assédio e a transformação das redes sociais numa fonte permanente de agressão, com elevado potencial de agravamento se as tendências atuais persistirem. A violência contra jornalistas mulheres e pessoas LGB continua a ser uma ameaça transversal na região, com exemplos alarmantes na Colômbia, México e Brasil, onde os ataques digitais e sexistas se intensificaram. Embora tenham surgido redes colaborativas e estratégias inovadoras de resistência, como o uso de tecnologias para proteger identidades na Venezuela ou alianças transnacionais na Argentina, a ausência de garantias mínimas para a prática jornalística impediu inverter a tendência regressiva e fez do ambiente digital um espaço hostil no ecossistema de violência contra a imprensa.

Nesse contexto, a Rede VDS propõe as seguintes recomendações para proteger o direito à informação e a proteção da liberdade de imprensa e de expressão na região:

1. Adotar políticas de proteção abrangentes

A persistência e a diversificação dos ataques contra jornalistas na região exigem que os países desenhem e implementem políticas de proteção abrangentes, entendidas como conjuntos coordenados de medidas preventivas, de resposta e de reparação. Tais medidas devem ser complementadas pela rejeição de iniciativas legislativas restritivas, como as chamadas leis da mordaça, e por estratégias concretas para reverter a precariedade do local de trabalho que enfraquece a segurança e a autonomia do jornalismo. As políticas devem contar com recursos adequados, protocolos claros e uma abordagem diferenciada que considere o gênero, a orientação sexual, a identidade étnica e o contexto territorial das pessoas envolvidas. Para garantir a sua eficácia, é essencial que os governos construam essas respostas em consulta com a sociedade civil, mas também incluam formação específica para funcionários públicos e estejam em conformidade com os padrões internacionais de prevenção e proteção. Da mesma forma, essas políticas devem ir além das respostas reativas e incorporar sistemas de alerta precoce, monitoramento permanente dos riscos (físicos, digitais, psicológicos, econômicos e legais) e apoio abrangente às vítimas, incluindo apoio jurídico, psicológico e social e medidas de proteção física e digital que lhes permitam continuar a exercer seu trabalho informativo com segurança. É também uma prioridade que os governos atribuam orçamentos suficientes para fortalecer as instituições responsáveis pela investigação de ataques contra a imprensa, a fim de reduzir a impunidade e evitar a autocensura que prejudica o pluralismo dos meios de comunicação. No Peru, por exemplo, embora exista o Mecanismo de Protección para Periodistas, é essencial torná-lo operacional, com a capacidade de priorizar as áreas mais expostas e antecipar riscos, especialmente à luz do processo eleitoral de 2026. Num contexto de contratempos democráticos, assegurar um ambiente seguro para o pleno exercício do direito de informar e ser informado é um pré-requisito para a preservação da democracia.

O avanço contínuo do crime organizado e dos grupos armados não estatais na região aumentou a violência contra a imprensa, particularmente em áreas de conflito territorial e economias ilícitas. Em resposta, os governos devem implementar protocolos especializados de segurança para jornalistas que incluam, no mínimo, avaliações de risco personalizadas, mecanismos de alerta precoce, canais diretos de comunicação com as autoridades de segurança, escoltas ou acompanhamento de campo, quando necessário, e garantias de evacuação segura em situações de alto risco. A concepção desses protocolos deve contar com a participação de jornalistas, organizações da sociedade civil e peritos em segurança, e ser baseada em normas internacionais. Na Colômbia, por exemplo, há uma necessidade urgente de fortalecer as medidas de segurança em áreas com grande presença de atores armados ilegais e de coordenar operações com outros países para investigar e desmantelar redes criminosas que operam de maneira transnacional.

2. Assegurar um sistema judicial independente e impedir o assédio jurídico a jornalistas

O uso abusivo do sistema judicial como instrumento de controle, censura e perseguição continua a enfraquecer a liberdade de imprensa em muitos países da região. Para reverter essa situação, os países devem garantir a independência judicial por meio de mecanismos transparentes para a seleção e avaliação de juízes e procuradores, bem como fortalecer os órgãos de supervisão interna e externa que impeçam a cooptação da justiça, incluindo a coordenação com a sociedade civil. Ao mesmo tempo, é essencial implementar protocolos claros que impeçam a abertura de processos criminais infundados contra jornalistas, com mecanismos de revisão precoce e garantias de defesa desde as fases iniciais.

Além disso, os Estados devem assegurar investigações rápidas, completas e independentes sobre todos os ataques contra jornalistas. Isso requer a criação de unidades especializadas com pessoal treinado, protocolos claros com prazos definidos, autonomia real dos procuradores e juízes, e proteção eficaz para as vítimas e testemunhas, juntamente com sanções exemplares para os responsáveis pela propriedade material e intelectual, especialmente quando se trata de agentes estatais. Na Guatemala, onde o sistema judicial foi cooptado, é imperativo anular os processos criminais sem apoio legal, facilitar o retorno seguro dos jornalistas no exílio e garantir reparações abrangentes que restaurem os seus direitos e condições de trabalho.

3. Reformar os enquadramentos legais restritivos e impedir seu uso em processos civis e criminais

Alguns países mantêm estruturas reguladoras que legitimam novas formas de perseguição ao jornalismo, como a Lei das Comunicações Sociais em Cuba, a Lei Contra o Racismo e todas as Formas de Discriminação na Bolívia ou a Lei Constitucional contra o Ódio para a Convivência Pacífica e a Tolerância na Venezuela. Para inverter essa tendência, os governos

devem promover processos de diálogo formal entre autoridades, sociedade civil, jornalistas e agências especializadas para rever e propor reformas legislativas que garantam a liberdade de imprensa e de expressão. Por sua vez, prevenir abusos no uso do sistema legal também requer restringir a instrumentalização do direito penal contra a liberdade de expressão e a imprensa. Além disso, é uma prioridade descriminalizar crimes contra a honra e impedir seu uso para a perseguição, o que requer processos participativos envolvendo a sociedade civil, jornalistas e especialistas para garantir reformas eficazes e sustentáveis. Um exemplo positivo é o do Equador, onde a Mesa de Articulación para la Protección de Periodistas (MAPP) promoveu propostas de melhoria regulatória para proteger o trabalho jornalístico. Em outubro de 2024, a MAPP apresentou um relatório ao Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas em Genebra, no qual se recomendou assegurar uma dotação orçamentária adequada ao Mecanismo de Promoção e Proteção do Trabalho Jornalístico, a fim de fortalecer sua capacidade operacional.

4. Combater discursos estigmatizantes

O aumento dos discursos estigmatizantes proferidos por atores estatais, incluindo presidentes, aprofunda o risco para a liberdade de imprensa, legitimando e possibilitando outras formas de violência, do assédio digital a agressões físicas. Nesse cenário, os Estados devem promover campanhas de sensibilização e programas de formação para funcionários públicos que demonstrem como essas narrativas deterioram a democracia. É essencial estabelecer protocolos institucionais e métodos de acompanhamento permanente que identifiquem, registrem e analisem discursos estigmatizantes e, com base nisso, publiquem dados verificáveis que mostrem os impactos da estigmatização na imprensa. Essas ações devem ser complementadas por espaços de cooperação entre autoridades, organizações da sociedade civil e meios de comunicação social, com o objetivo de impedir a sua propagação e mitigar os impactos no ecossistema da informação e na segurança dos jornalistas.

5. Assegurar o acesso à informação pública e ao pluralismo dos meios de comunicação

O acesso total e não discriminatório à informação pública continua a ser um desafio, mesmo em países com leis de transparência como o Equador e a Argentina. Para promover o cumprimento efetivo, os Estados devem realizar auditorias periódicas sobre a implementação dos seus marcos legais junto da Presidência ou da mais alta autoridade de supervisão, com a participação da sociedade civil e dos órgãos de supervisão autônomos. Também é necessário estabelecer sanções claras para as instituições que não fornecem informações e criar mecanismos de recurso acessíveis e ágeis para os cidadãos. Dessa forma, não só a validade da lei é reforçada, mas também a discricionariedade nas restrições é limitada, garantindo ao cidadão o direito real e verificável de se informar.

Finalmente, a distribuição equitativa da publicidade oficial e do apoio financeiro à comunidade e aos meios de comunicação independentes são essenciais para contrariar a concentração de mídia e promover o pluralismo que representa a diversidade de vozes e perspectivas na região.

6. Proteger a liberdade em ambientes digitais

O ambiente digital consolidou-se como um espaço crucial tanto para o jornalismo como para a disseminação de novas formas de violência e vigilância. Os Estados devem proibir a vigilância em massa sem controle judicial, proteger a confidencialidade das fontes e reforçar a capacidade dos meios de comunicação de enfrentar campanhas de desinformação sem restringir o debate público. Há também a necessidade de promover o uso ético e transparente da inteligência artificial (IA), expandir a literacia digital e promover a autorregulação ética como ferramentas para combater discursos estigmatizantes e fortalecer a credibilidade jornalística. Na Venezuela, os meios de comunicação independentes usaram a IA para criar os avatares digitais “La chama” e “El pana”, diante da necessidade de proteger os jornalistas da perseguição e repressão do governo venezuelano. Os avatares recolhem informações de uma dúzia de meios de comunicação venezuelanos e uma centena de veículos internacionais, narrando as notícias sem expor a identidade dos jornalistas. A estratégia de resguardo obteve reconhecimento internacional com o Prémio Rei de Espanha.

7. Prevenir e tratar da violência baseada no sexo ou orientação sexual

A violência baseada no sexo ou na orientação sexual contra jornalistas requer medidas especializadas de prevenção e cuidados, incluindo canais de comunicação seguros, formação obrigatória para os servidores da justiça e garantias de participação efetiva de mulheres, pessoas LGB e jornalistas de povos indígenas e afrodescendentes em condições de igualdade e segurança. Essa abordagem diferenciada não só responde a uma obrigação de direitos humanos, mas também contribui para o fortalecimento da diversidade e representatividade no ecossistema dos meios de comunicação. Além disso, é necessário promover a presença de mulheres, pessoas LGB e jornalistas de todos os grupos sociais em posições de liderança dentro dos meios de comunicação.

8. Promover a cooperação e a solidariedade regional e internacional

A continuidade da violência contra a imprensa na região exige uma resposta coordenada que transcenda as fronteiras. Fortalecer redes colaborativas, projetar plataformas de relatórios digitais e criar mecanismos especializados de assistência jurídica são ações que ajudarão a sustentar meios de comunicação independentes em ambientes adversos. A

cooperação regional também deve incluir a criação de grupos de trabalho especializados na Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH, a cessação de todas as formas de perseguição arbitrária contra vozes críticas e a promoção de campanhas sustentadas de sensibilização cidadã que destaquem o impacto da violência contra o jornalismo. Além disso, diante dos fracassos do sistema de cooperação regional, é urgente promover mecanismos internacionais para a proteção da liberdade de expressão e da imprensa, que seja múltipla em atores envolvidos, multinível e multilateral. Por fim, a comunidade internacional é instada a exercer maior pressão diplomática e política sobre os Estados para acabar com os discursos estigmatizantes contra a imprensa e cumprir as suas obrigações internacionais em relação à liberdade de expressão e à proteção dos jornalistas.

A defesa ativa da liberdade de expressão é uma tarefa coletiva e estratégica para preservar a democracia na América Latina.

VOCES
DEL SUR